

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

--- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM. ---

--- Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas dezoito horas e vinte minutos, reuniu a Assembleia Municipal de Santarém, no Salão da Casa do Campino, no Campo Infante da Câmara, na cidade de Santarém, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS: -----

--- **Um** – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA. -----

--- **Dois** – INFORMAÇÕES PRESTADAS PELOS DEPUTADOS MUNICIPAIS ELEITOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA NAS DIFERENTES COMISSÕES, CONSELHOS MUNICIPAIS E OUTROS ÓRGÃOS.-----

--- **Três** – PROPOSTA IRS - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL A COBRAR NO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS. -----

--- **Quatro** – PROPOSTA DE DERRAMA A COBRAR EM DOIS MIL E VINTE E SEIS.-----

--- **Cinco** – PROPOSTA DE FIXAÇÃO DAS TAXAS DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) RESPEITANTES A DOIS MIL E VINTE E CINCO A LIQUIDAR EM DOIS MIL E VINTE E SEIS. -----

--- **Seis** – PROPOSTA DE ACLARAÇÃO –TABELA DE TAXAS (QUADRO VI – TAXAS URBANÍSTICAS). -----

--- **Sete** – PROPOSTA DE REORGANIZAÇÃO INTERNA DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS.-----

--- **Oito** – PROPOSTA DE ORÇAMENTO, GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM PARA O ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS.-----

--- **Nove** – PROPOSTA DE CONTRATO-PROGRAMA DA EMPRESA MUNICIPAL VIVER SANTARÉM – DESPORTO E LAZER, EM., SA, PARA DOIS MIL E VINTE

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

- E SEIS. -----
- **Dez** – PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO DA TARIFA DO SERVIÇO DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS PARA O ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS. -----
- **Onze** – PROPOSTA DE APOIOS FINANCEIROS ÀS FREGUESIAS.-----
- **Doze** – PROPOSTA DE APOIO AS FREGUESIAS NO ÂMBITO DO TRANSPORTE ESCOLAR PARA ANO LETIVO DOIS MIL E VINTE E CINCO / DOIS MIL E VINTE E SEIS – ACERTOS. -----
- **Treze** – PROPOSTA DE ENCARGOS COM CEDÊNCIA DE ESPAÇOS- UNIÕES DE FREGUESIA ANO DOIS MIL E VINTE E SEIS.-----
- **Catorze** – PROPOSTA DE REVOGAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE COOPERAÇÃO, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTARÉM E A FREGUESIA DE PÓVOA DA ISENTA - OBRA: PARQUE URBANO DA PÓVOA DA ISENTA – PI PARQUE. -----
- **Quinze** – PROPOSTA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO (CIA) ESPECÍFICO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTARÉM E A UNIÃO DE FREGUESIAS DA CIDADE DE SANTARÉM EM 07/01/2025 - OBRA: “REQUALIFICAÇÃO DA ESTRADA DA CARREIRA TIRO – FASE I”.
- **Dezasseis** – PROPOSTA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO (CIA) ESPECÍFICO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTARÉM E A FREGUESIA DA MOÇARRIA EM 02/07/2025 - OBRA: “ALTERAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ESCOLA BÁSICA PARA INCLUSÃO DO JARDIM DE INFÂNCIA”.-----
- **Dezassete** – PROPOSTA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO (CIA) ESPECÍFICO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTARÉM E A UNIÃO DE FREGUESIAS DA CIDADE DE SANTARÉM EM 25/03/2025 - OBRA: “REQUALIFICAÇÃO DA ESTRADA DA CARREIRA TIRO – FASE II”.
- **Dezoito** – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE VOTOS, MOÇÕES

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

OU RECOMENDAÇÕES APRESENTADAS NOS TERMOS DO ARTIGO QUARENTA E SEIS DO REGIMENTO. -----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** ordenou que se procedesse à chamada, verificando-se as seguintes presenças: -----

--- Gustavo Coimbra dos Reis (Presidente da Mesa).-----

--- Carla Patrícia Lopes Neto (Primeira Secretária da Mesa). -----

--- Cristiana Martins Correia (Segunda Secretária da Mesa).-----

--- Ana Rita Pereira Correia Félix. -----

--- António Pina Ferreira Campos Braz. -----

--- Beatriz dos Santos Martins.-----

--- Cláudia da Conceição Guilherme Catarino Lobo. -----

--- Joaquim Augusto Queirós Frazão Neto. -----

--- Jorge Manuel Fernandes Rodrigues. -----

--- José Manuel Augusto de Magalhães.-----

--- Luís Manuel da Graça Batista. -----

--- Luís Miguel da Silva Taborda. -----

--- Luís Tomaz Carvalheira do Souto Gonçalves. -----

--- Nádía Margarida Pereira. -----

--- Paula Alexandra Machado Sousa Canavarro. -----

--- Paula Sofia da Costa Cruz.-----

--- Paulo Jorge Caro Bolrão. -----

--- Paulo Tomás Salsa Meireles Ferreira Oliveira. -----

--- Pedro Gonçalo Coelho Nunes de Melo.-----

--- Raquel Neto Cordeiro.-----

--- Renato António Vieira Calado Possante Bento. -----

--- Rui Pedro de Sousa Barreiro.-----

--- Tatiana Filipa Palão Silvestre.-----

--- Tiago José Lourenço Simões. -----

--- Vítor Manuel Abreu Gouveia de Jesus. -----

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

--- Vítor Manuel Borges da Costa.-----

--- **Presidentes de Junta:**-----

--- Adriana Oliveira Madeira (Abitureiras).-----

--- Maria Susete Cordeiro Henriques de Jesus (Abrã).-----

--- Manuel Joaquim Vieira (Alcanede).-----

--- Luís Guilherme Madeira Mena Esteves (Alcanhões).-----

--- Pedro Manuel Teixeira da Costa (Almoster).-----

--- Nelson Manuel Lucas Martins (Amiais de Baixo).-----

--- Gonçalo Colaço Amaro (Arneiro das Milhariças).-----

--- Orlando Emanuel Duarte Félix (Gançaria).-----

--- Dário Manuel Madeira dos Santos (Moçarria).-----

--- Raúl Augusto Duarte Violante (Pernes).-----

--- Fernando Manuel Madeira Vítor (Póvoa da Isenta).-----

--- Manuel José Assunção Neves (Vale de Santarém).-----

--- Nuno Gonçalo Fróis Carriço (São Vicente do Paúl).-----

--- Rui Jorge Vassalo Ferreira Apolinário (Vale de Figueira).-----

--- António Manuel Zibaia Bento (UF Azoia de Cima e Tremês).-----

--- Miguel Ângelo Rosário Tomás (UF Casével e Vaqueiros).-----

--- Jorge Manuel Milheiro Segundo dos Santos (UF Romeira e Várzea).-----

--- Alfredo Condeço Amante (UF Cidade de Santarém).-----

--- **Ausências justificadas:**-----

--- Guida Isabel Finote Henriques Botequim da Gaga (Presidente de Junta da UF Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém).-----

--- **Executivo Municipal**-----

--- Presenças:-----

--- João Francisco Ferreira Teixeira Leite.-----

--- Pedro Miguel César Ribeiro.-----

--- Pedro Manuel Rios de Oliveira Camões Gouveia.-----

--- Paulo Vladimiro Santana Caetano.-----

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

- Emídio Emanuel Campos Vieira. -----
- Cláudia Patrícia Monteiro Afonso. -----
- Pedro Alexandre Arrabaça da Silva Oliveira Correia. -----
- Teresa Cristina Rocha Matias Ferreira. -----
- Nuno Ferreira da Costa Domingos. -----
- Confirmada a existência de quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, convidando a senhora **Cristiana Martins Correia** para Segunda Secretária da Mesa, dada a ausência da senhora Ana Marta Ferramacho Teixeira. -----
- De seguida, verificou a identidade e legitimidade do senhor **Luís Maria Silveira Martins**, em substituição da senhora Anabela Cruz Rodrigues eleita pelo Partido CHEGA, e dos senhores **Luís Miguel Montez Taborda** e **Vítor Manuel Abreu Gouveia de Jesus**, em substituição da senhora Ana Marta Teixeira e do senhor José Luís Landureza, ambos eleitos pela lista da Coligação AD – (PSD - CDS-PP).-----
- Seguidamente, o senhor **Presidente da Assembleia** deu início ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**, submetendo a discussão e votação as seguintes Atas números **Um / dois mil e vinte e cinco – dois mil e vinte e nove** e **Dois / dois mil e vinte e cinco – dois mil e vinte e vinte e nove**, ambas **aprovadas por unanimidade**.-----
- Proseguiu-se o **Período de Antes da Ordem do Dia**, tendo usado da palavra o senhor Deputado **Vítor Borges da Costa** que teceu algumas considerações em relação às derrapagens orçamentais e temporais que parecem ser uma imagem de marca da Câmara Municipal de Santarém. Disse ser com preocupação que o partido Chega vê o caso concreto da Academia de Futebol, que o executivo anterior, em junho de dois mil e vinte e cinco, com pompa e circunstância, lançou a primeira pedra, com uma previsão de execução da obra de trezentos e trinta dias. Contudo, souberam na última reunião de Câmara que a execução da obra, aos cento e oitenta dias, é inferior a dez por cento com a agravante de os testes ao solo terem demonstrado ser argilosos, pelo que a conclusão da obra não estará concluída em maio de dois mil e vinte e seis, solicitando esclarecimentos relativamente a esta obra. -----
- O senhor Deputado **Jorge Rodrigues** deu nota relativamente ao que tem acontecido na

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

atividade da Câmara, nomeadamente à captação de investimento privado, e felicitar, em particular, o mais recente investimento anunciado, no valor de noventa milhões de euros, protagonizado pela empresa Bbig – Sociedade de Investimentos Imobiliários, que irá implementar no concelho de Santarém um projeto pioneiro ao nível da economia circular em Portugal, que prevê a conversão de pneus em fim de vida em produtos renováveis de elevado valor acrescentado, constituindo um contributo relevante para a transição para uma economia mais sustentável, ambientalmente responsável e para a criação de centenas de novos postos de trabalho. A participação em feiras de relevo, como a BTL é um exemplo de como o município tem sabido promover o concelho junto de investidores nacionais e internacionais, deixando aqui os seus parabéns ao executivo municipal e aos serviços envolvidos, perguntando qual é o volume global dos grandes investimentos privados no concelho. -----

--- O senhor Deputado **Rui Barreiro** referiu que a primeira questão prende-se com uma deliberação tomada aqui por unanimidade, numa das últimas assembleias municipais, e que tem a ver com uma recomendação feita pela Comissão de Cidadania, à qual presidia, e que, na sequência de uma petição, solicitou à Câmara Municipal que fizesse uma intervenção relacionada com estacionamento junto à Farmácia Pereira. Passaram-se já alguns meses pelo que gostava de saber qual o ponto de situação.-----

--- A segunda questão prende-se com as recentes declarações do senhor Ministro da Educação, relacionadas com as residências de estudantes, considerando que, muitas vezes, se esquecem da manutenção dos edifícios públicos municipais, realçando que gostaria de ver, ao longo deste mandato, essa preocupação dando como exemplo o Teatro Sá da Bandeira e a Biblioteca Municipal, sendo importante que o município desse alguns exemplos, lembrando a este propósito que já teve a oportunidade de chamar a atenção para a degradação de alguns edifícios públicos, nomeadamente os edifícios da PSP e da Caixa Geral de Depósitos, situados numa zona nobre da cidade, e que não são propriamente uma boa imagem de marca para Santarém, considerando importante que a Câmara instasse quer a os responsáveis da CGD, quer o Governo a fazerem aquilo que deve fazer na manutenção destes edifícios públicos.-----

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

--- A senhora Deputada **Rita Correia** referiu que a primeira questão tem a ver com o funcionamento dos serviços municipais no edifício da E-Redes, que como é sabido, vários serviços foram transferidos para este edifício, numa lógica de melhoria das condições dos trabalhadores e de prestar o melhor atendimento aos munícipes. Mas, atendendo à opção da Câmara de recorrer a um edifício arrendado para os seus serviços, em detrimento do investimento em património próprio, quis saber que planeamento estratégico e financeiro é que existe para assegurar a racionalidade da despesa pública, continuidade dos serviços e condições de trabalho dignas e estáveis para os trabalhadores. -----

--- Prosseguiu, a segunda questão prende-se com a educação, nomeadamente as CAF Componentes de Apoio à Família, que já foi alvo aqui de discussão no anterior mandato e que a CDU já tinha dado a saber a sua discordância do modelo que foi adotado, perguntando se esta iniciativa se concretizou, ou seja, de serem as próprias associações de pais a apoiar as organizações das atividades de apoio à família, através da comparticipação financeira de cinquenta por cento por cada criança, e em que moldes é que se tem vindo a concretizar, qual a adesão das associações de pais, nomeadamente quantas se envolveram, quantas crianças se inscreveram, se possível, durante este alargamento de horário e na componente até das pausas letivas. -----

--- Por fim, disse ser um assunto que não é novo e que se prende com a absoluta falta de condições de circulação junto da estação de comboios de Santarém porque há cada vez mais pessoas a utilizarem o transporte ferroviário em Santarém, salientando que aquele espaço que foi aberto para estacionamento nestes dias de chuva, transformou-se num lamaçal sem qualquer condição, questionando o que é que vai ser feito em relação a esta situação. -----

--- O senhor Deputado **Luís Taborda** enalteceu todo o trabalho realizado pelo executivo, saudando o senhor Presidente da Câmara, pela sua eleição como Presidente da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, como Vice-Presidente da Mesa do Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, como Presidente da Assembleia Geral da RSTJ, considerando que estas eleições constituem uma relevante afirmação do nosso território e do nosso município. Destaca-se, em particular, a

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

Presidência da Comunidade Intermunicipal de Lezíria e do Tejo, que, tendo até agora revelado menor capacidade de afirmação quando comparada com outras comunidades intermunicipais, como as do Médio Tejo ou do Oeste. Dispõe hoje, senhor Presidente da Câmara, de uma oportunidade clara para ganhar novas dinâmicas e projeção num mandato que, pela primeira vez, desde a sua criação está a ser conduzida por um Presidente da Câmara, eleito pela AD coligação PSD – CDS-PP, desejando-lhe votos de um excelente trabalho e os maiores dos sucessos.-----

--- O senhor Deputado **Tiago Simões** referiu que ainda no anterior executivo houve o lançamento do concurso para o Pavilhão de Amiais de Baixo, querendo saber qual o ponto de situação, cujo orçamento tem por base duzentos e cinquenta mil euros para esta rubrica, qual é o objetivo e como é que chegaram a este valor para o ano de dois mil e vinte e seis.

--- A senhora Deputada **Raquel Cordeiro** aludiu que, em março de dois mil e vinte e um, foi aprovado o Plano Local da Habitação, que previa um investimento de vinte vírgula dois milhões de euros, um investimento que seria repartido em operações de arrendamento em mercado privado, novecentos mil euros, na reabilitação de fogos de habitação pública do município, sete vírgula um milhões de euros, e na construção ou aquisição de novas habitações, doze vírgula dois milhões de euros até dois mil e vinte e cinco. Apesar do investimento previsto ser cerca de vinte milhões de euros até dois mil e vinte e cinco, a execução financeira e o ritmo de entregas parecem ainda ser insuficientes, pelo que gostaria de colocar as seguintes questões: quantas habitações já foram concluídas e entregues por freguesia; Quantas habitações estão em construção ou licenciamento e qual o cronograma de conclusão; Qual o ponto de situação das escrituras de imóveis prevista realizar em dois mil e vinte e quatro nas freguesias e como estão a decorrer a compra de imóveis nas freguesias; Quanto aos fogos que se encontram em obras e quantos fogos se encontram em obras de requalificação e para entrega imediata.-----

--- Perguntou se o atraso evidente do PLH vai ter consequências nos fundos do PRR e se o PLH está em risco e quanto dos vinte milhões já foi investido até ao final do ano de dois mil e vinte e cinco. -----

--- Recordou que o anterior Presidente Ricardo Gonçalves em dois mil e vinte e um

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

afirmou que, o município de Santarém está muito empenhado na concretização deste plano que, como se espera, terá financiamento comunitário que pode chegar a cem por cento. Será que o município esteve assim tão empenhado, precisamos de ver resultados reais e não apenas planos, frases soltas e promessas vãs e planos em papel.-----

--- O senhor Deputado **Paulo Oliveira** começou por realçar o Reino Natal de Santarém, a decorrer entre vinte e oito de novembro e vinte e cinco de dezembro. É um exemplo de mais um evento com capacidade para trazer munícipes ao centro histórico de Santarém. Paralelamente, destacou a campanha de Natal “Compra Local” reforçando o apoio ao comércio local e às instituições sociais, destacando a participação das escolas com dez mil euros em prémios atribuídos e a emissão de quinze mil vouchers para utilização nos cento e cinquenta e sete estabelecimentos aderentes. Esta campanha mostra bem um compromisso do município com o comércio local, sendo um investimento que gera impacto económico, social e comunitário e que, na sua opinião, deverá ser bastante valorizado. -----

--- O senhor Deputado **Luís Batista** referiu que a sua questão tem a ver com a Loja do Cidadão, que completou nove anos de atividade, tendo desde então feito cerca de um milhão cento e cinquenta mil atendimentos. No entanto, desde a sua abertura, tem tido um grave problema na sua cobertura, uma vez que, sempre que chove, pelo menos do lado da Autoridade Tributária, têm de colocar baldes em quase toda a sala, realçando que nas últimas chuvadas, não apanhou os computadores por mero acaso, perguntando para quando a resolução do problema da cobertura daquele espaço. -----

--- O senhor **Presidente da Câmara** aludiu que o exercício para este mandato, tem como foco a atratividade de investimento privado, salientando que atualmente o investimento privado a decorrer no concelho de Santarém superava os seiscentos milhões de euros. ---

--- Relativamente ao estacionamento junto à farmácia Pereira, disse que este assunto não esteve parado, sendo que os técnicos municipais continuam a trabalhar de modo a encontrar uma solução para aquele local.-----

--- Relativamente ao edificado municipal, referiu que a Câmara Municipal, enquanto entidade pública máxima do território, deu o exemplo ao pintar o edifício dos Paços do

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

Concelho, tendo mudado todas as janelas, bem como, na Biblioteca Municipal onde já foram substituídas todas as janelas, onde agora vai ser efetuada uma intervenção ao nível do terraço e na pintura da fachada deste imóvel. -----

--- Salientou que é objetivo do atual executivo intervir na fachada do Teatro Sá da Bandeira, referindo em relação aos edifícios que não são pertença da Câmara Municipal, aquilo que foi feito junto do Governo foi apelar ao bom senso, e por isso está previsto no orçamento municipal para o próximo ano verbas para a requalificação do edifício da PSP e também da GNR no centro histórico, através de contratos de programa a serem estabelecidos com o Governo. Adiantou que a senhora Vereadora do Urbanismo, com as suas equipas, está a trabalhar no sentido de notificar as entidades privadas para que estas procedam à requalificação das fachadas dos seus imóveis. -----

--- No que diz respeito às derrapagens orçamentais, realçou que o rigor financeiro é uma das premissas na gestão autárquica deste executivo da Câmara Municipal, esclarecendo que os atrasos na Academia de Futebol têm a ver com as condições climáticas. Os terrenos estão neste momento bastante encharcados e a obra tem os seus trabalhos praticamente suspensos devido a estas condições. O Vereador das Obras e Projetos Municipais, como também já teve a oportunidade de tornar público, está a proceder a alguns ajustes ao projeto para depois ser dado seguimento à empreitada. -----

--- Sublinhou que é uma obra que supera os quatro milhões de euros, que tem seiscentos mil euros de investimento por parte da Associação de Futebol, pelo que está a trabalhar de forma sintonizada com estas instituições para que o cronograma da obra financeiro e de execução possa ser adaptado face a estas duas realidades. -----

--- Agradeceu as palavras do senhor deputado Luís Taborda, referindo que é uma honra liderar a Comunidade Intermunicipal com os seus dez municípios da Lezíria do Tejo e aquilo que deve ser a visão para o nosso território. -----

--- Quanto ao Pavilhão de Amiais de Baixo esclareceu que é uma das intervenções que está incluída no orçamento para dois mil e vinte e seis, sendo que a verba que está destinada a esta empreitada vai ser ajustada conforme o desenvolvimento do próprio procedimento, adiantando que na próxima reunião de Câmara de doze de janeiro, irá ser proposto a

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

abertura do novo procedimento com ajuste valor a concurso para poder ter aqui concorrentes, tal como aconteceu no pavilhão de Alcanede. -----

--- Salientou que o PLH – Plano Local de Habitação não é um fracasso para a Câmara Municipal, pelo contrário, as políticas públicas na área da habitação são um dos focos para o atual mandato. Contudo, não pode controlar concursos desertos, sublinhando que o município não está parado nesta matéria, referindo que, para além das escrituras, que são processos administrativos que têm desenvolvido em praticamente todas as freguesias do concelho, há também a intenção de poder corrigir os concursos que, entretanto, ficaram desertos para a requalificação das edificações. -----

--- Disse relativamente ao Plano Local de Habitação e a visão do executivo para esta área vai até dois mil e vinte e oito/dois mil e vinte e nove e, portanto, não estão limitados à execução do PRR, pelo que é preciso ultrapassar a questão dos concursos públicos que fiquem desertos e executar os novos objetivos, sobretudo para o arrendamento acessível, com a criação de vinte e dois fogos na Ribeira de Santarém, onde neste momento estamos a fazer o projeto de execução, para este importante projeto, bem como no Bairro Dezasseis de Março, entre outras dimensões dispersas no nosso território. -----

--- Sublinhou o impacto positivo do Reino do Natal, que teve um efeito multiplicador que ultrapassa os quatrocentos mil euros na economia local. -----

--- Esclareceu que o problema da cobertura da Loja do Cidadão está identificado, sendo necessário uma intervenção de grande dimensão, contudo, solicitou aos serviços para intervirem de forma a minimizar a situação, até que seja efetuada uma intervenção mais profunda no que diz respeito à cobertura numa fase posterior. -----

--- Quanto ao edifício E-Redes, há uma visão bastante clara por parte do executivo da Câmara Municipal, é que para poder intervir e requalificar seja qual for o edifício na Escola Prática de Cavalaria, tinham que deslocalizar os funcionários da autarquia e a solução foi concentrá-los no edifício em E-Redes com condições dignas para o exercício das suas funções, adiantando que os serviços estão a trabalhar no projeto de execução para a requalificação do edificado na Escola Prática de Cavalaria de modo a realocar os funcionários municipais, concentrando os serviços em imóveis da Câmara Municipal. ---

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

--- Informou que as CAF vão ter uma alteração ou um upgrade, digamos assim, no que diz respeito àquilo que é o programa. Aquilo que pretende fazer é no fundo poder incluir as juntas de freguesia como agentes mobilizadores dessa medida pública. -----

--- No que concerne à estação ferroviária, considerou que é importante clarificar que não estão de braços cruzados relativamente a este tema. O Município nos últimos meses, adquiriu um imóvel que permite estacionar entre sessenta a oitenta viaturas, numa primeira fase, tendo sido também disponibilizado um shuttle que está a ser utilizado três vezes de manhã e três vezes à tarde, para que dezenas de pessoas possam estacionar no Planalto e, dessa forma, deslocarem-se através de transporte público gratuito.-----

--- Salientou que o Município de Santarém pressionou com sucesso o Governo para lançar um concurso público de mais de cinquenta milhões de euros para a construção de cinco passagens superiores, o qual está a decorrer e termina no final de janeiro. Adiantou que a IP pretende também criar novas bolsas de estacionamento com esta intervenção. -----

--- Salientou que conseguiu negociar com a IP para no parque privado os primeiros vinte minutos sejam gratuitos para largada e recolha de passageiros. Contudo, são situações que minimizam a atual situação, mas não resolvem o problema de fundo, que foi causado por uma medida positiva que tem a ver como passe verde que veio aumentar de uma forma exponencial a utilização do comboio por vinte euros. -----

--- Realçou que ainda, que o município irá, no início do próximo ano, celebrar um protocolo com o senhor Ministro das Infraestruturas para deslocalizar a estação ferroviária para sul da cidade de Santarém, junto ao futuro Hospital da Luz, e ali criar o novo intermodal de Santarém, com resposta ferroviária, rodoviária e também resposta aérea, porque os terrenos confinam com o aeródromo de Santarém. -----

--- O senhor Deputado **Rui Barreiro** retomou a palavra para referir que, na intervenção anterior do senhor Presidente da Câmara, não foram prestados esclarecimentos sobre a manutenção de edifícios públicos municipais. Relativamente à situação da Farmácia Pereira, contestou o argumento técnico de que a via em causa se trata de uma faixa de aceleração, sublinhando que a zona possui elevada densidade populacional, escolas e serviços, o que torna a proibição de paragem e estacionamento desajustada da realidade.

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

--- Apontou que a atual sinalização obriga os cidadãos, incluindo aqueles com mobilidade reduzida ou em situação de doença, a prevaricar para aceder à farmácia. Citou, como exemplo de incoerência, a existência de estacionamento lateral entre as rotundas do Forcado e do Politécnico, bem como o estacionamento irregular na própria rotunda do Forcado devido à proximidade de estabelecimentos comerciais. Defendeu que a remoção da proibição de parar e estacionar seria a solução mais pragmática, instando o Município a assumir uma posição política sobre a matéria, independentemente do parecer da PSP. -

--- Por fim, no que concerne à Academia de Futebol, manifestou a sua insatisfação com as justificações apresentadas para a baixa execução da obra. Questionou as razões concretas para o atraso, além dos fatores meteorológicos, e solicitou esclarecimentos sobre o cronograma de recuperação do tempo perdido e a previsão da data de inauguração da infraestrutura. -----

--- A senhora Deputada **Rita Correia** congratulou-se com a informação dada pelo senhor Presidente acerca da estação de comboios, que é uma obra bastante necessária e que anda há anos a ser planeada, sublinhando em relação ao estacionamento que aquele espaço não tem condições nenhuma, perguntando o que é que vai ser feito no imediato, porque o Inverno começou agora e com as chuvas que têm acontecido desde o início do Outono, é um sítio absolutamente impossível de circular. -----

--- O senhor **Presidente da Câmara** reconheceu que o atual espaço de estacionamento não reúne as condições ideais, tratando-se de uma resposta provisória às necessidades urgentes dos munícipes. Informou que o objetivo do executivo, no âmbito da futura intervenção habitacional e da construção da passagem superior, é a adaptação do terreno remanescente para um estacionamento estruturado. Até à concretização do projeto final, comprometeu-se a avaliar a colocação de materiais que minimizem o problema da lama no local. -----

--- Relativamente à Academia de Futebol, reiterou que não existem justificações adicionais às já apresentadas por si e pelo senhor Vereador Pedro Gouveia, responsável pelo pelouro das obras. Explicou que os atrasos decorreram de motivos de força maior, nomeadamente as condições climatéricas adversas, o que obrigará à adaptação do

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

cronograma da empreitada para recuperar o tempo perdido.-----

--- Quanto à questão da Farmácia Pereira, esclareceu que não se referiu à via como sendo de aceleração, mas sim como um eixo estruturante da cidade, o que motivou as reservas técnicas e da PSP por questões de segurança. Contudo, solicitou aos serviços municipalizados celeridade na reanálise do processo e afirmou que, caso não se encontre uma solução de consenso técnico, prevalecerá a vontade política da Câmara e da Assembleia Municipal na resolução do problema. -----

--- O senhor Deputado **Rui Barreiro** solicitou ao senhor Presidente da Câmara o compromisso com uma data concreta para a conclusão das obras da Academia de Futebol, dada a relevância do equipamento para o concelho e os atrasos já verificados. -----

--- Por último, o senhor **Presidente da Câmara**, em resposta, esclareceu que o novo cronograma da empreitada será tornado público após a formalização do pedido de suspensão da obra e a subsequente reanálise técnica. Reforçou que este cronograma terá de ser submetido a deliberação do órgão executivo em sede de Reunião de Câmara, momento no qual será estabelecido o compromisso oficial com a nova data de término.

--- Esgotadas as intervenções, foi dado por concluído o Período de “Antes da Ordem do Dia”, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberto o primeiro **Período de Intervenção do Público** o qual não se concretizou por ausência de oradores.-----

--- Seguidamente, o senhor **Presidente da Assembleia** deu início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** com o **PONTO UM – APRECIACÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA**. -----

--- A senhora Deputada **Paula Cruz** iniciou a sua intervenção destacando a relevância do trabalho desenvolvido no âmbito do Conselho Local de Ação Social (CLAS) de Santarém. Salientou que a informação transmitida confirma o CLAS como um instrumento fundamental na coordenação das políticas sociais do Concelho. Referiu a amplitude das respostas sociais em curso, nomeadamente nas áreas da inovação social, saúde, redes de cuidados continuados e paliativos, Projeto Radar Social e políticas de Infância e

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

Juventude. -----

--- Sublinhou que a eficácia destas políticas assenta no trabalho em rede e na cooperação institucional, enaltecendo o compromisso das entidades locais. Concluiu solicitando ao Executivo um esclarecimento sobre o ponto de situação atual da RIFU (Residência de Intervenção de Fins Únicos) de Santarém, questionando sobre o acompanhamento municipal, as soluções para o seu funcionamento e os prazos previstos para a estabilização definitiva deste apoio. -----

--- O senhor Deputado **Joaquim Neto** interveio para questionar acerca do ponto de situação dos investimentos, obras e projetos destinados às unidades de saúde e postos médicos do concelho. Recordou que estão previstas intervenções nestes equipamentos que totalizam um investimento de aproximadamente uma vírgula oito milhões de euros, com financiamento assegurado pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).-----

--- Embora tenha reconhecido o adiantamento das obras numa das unidades de saúde, solicitou esclarecimentos detalhados sobre o estado dos restantes equipamentos, questionando quais os projetos já desenvolvidos, quais as obras em execução e quais os concursos públicos lançados. Sublinhou a importância de garantir a concretização destas intervenções sem percalços, de forma a assegurar o total aproveitamento das verbas do PRR e a melhoria dos cuidados de saúde prestados à população. -----

--- O senhor Deputado **Jorge Rodrigues** apresentou duas questões ao Executivo Municipal, primeiramente, solicitou o ponto de situação das obras no acesso Norte, referindo que, após a aparente conclusão da primeira fase, importa esclarecer quais as etapas seguintes e o respetivo cronograma de execução. -----

--- Em segundo ponto, referiu-se a notícias recentemente veiculadas pela comunicação social, questionando o Executivo sobre a reorganização do Serviço de Urbanismo, solicitando esclarecimentos adicionais sobre este processo, nomeadamente quais os objetivos estratégicos da referida reestruturação e que informações podem ser adiantadas nesta fase sobre o seu impacto no funcionamento do serviço.-----

--- O senhor Deputado **José Magalhães** interveio sobre diversos pontos da gestão municipal, baseando-se na análise do relatório do Departamento de Administração e

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

Finanças (DAF):-----

--- Emprego e Reinserção: Questionou o acompanhamento dado pelos serviços municipais após a reinserção de beneficiários no mercado de trabalho, ao abrigo das medidas do IEFP. Solicitou dados sobre o universo de beneficiários e a respetiva taxa de sucesso, sublinhando que a eficácia da medida depende da consolidação e do acompanhamento pós-colocação. -----

--- Habitação e Energia: Relativamente ao Balcão de Habitação e Energia (BHE) e aos programas do Fundo Ambiental, alertou para a iliteracia de diversos estratos sociais sobre transição energética. Reiterou a proposta de criação de um gabinete técnico de aconselhamento aos munícipes, questionando se o BHE presta apoio efetivo na escolha de soluções técnicas e no acompanhamento dos processos de candidatura. -----

--- Festival Nacional de Gastronomia: Reconhecendo o festival como marca identitária de Santarém, manifestou reservas quanto à perda de autenticidade e à menor representatividade regional na edição de dois mil e vinte e cinco. Defendeu um equilíbrio entre a tradição e as novas tendências, mas alertou para o facto de os preços praticados poderem estar desajustados face à qualidade e quantidade da oferta. Instou a Câmara Municipal, enquanto patrocinadora, a zelar pela coerência e qualidade do evento. -----

--- Mercado Municipal: O Executivo manifestou celeridade em definir o modelo de gestão do Mercado Municipal, referindo que, após o impacto inicial da reabertura, é necessário consolidar a operação para atrair público e comerciantes, garantindo que o espaço cumpra a sua função de dinamização da cidade. -----

--- Acessos e Mobilidade: Reforçou a necessidade de conhecer a calendarização das fases seguintes da obra na Entrada Norte. Salientou que as soluções devem contemplar a mobilidade pedonal e suave (bicicletas e trotinetas), permitindo uma ligação segura entre as instituições de ensino e a zona comercial envolvente. -----

--- Reino de Natal: Concluiu com uma nota sobre este evento, elogiando a afluência de visitantes. Contudo, apontou falhas no sistema de bilheteira, criticando a concentração de pessoas para a compra de bilhetes num único local, o que gera filas desnecessárias. Por fim, defendeu a manutenção da nomenclatura original do evento, rejeitando qualquer

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

processo de "higienização" da designação para "mercado de inverno", em nome da preservação do espírito natalício. -----

--- O senhor Deputado **Renato Bento** iniciou a sua intervenção centrando-se na atividade da Divisão de Educação, apresentando as seguintes questões: -----

--- Abrangência das Atividades Escolares: Questionou a ausência, na informação escrita, de uma lista objetiva das escolas e agrupamentos abrangidos pelas Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF), pelas Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) e pela Componente de Apoio à Família (CAF). Solicitou que fosse facultada a indicação clara de quais as escolas do Concelho que beneficiam, ou não, destas respostas.

--- Orçamento e Cobertura: Referindo-se ao Orçamento para dois mil e vinte e seis, que prevê uma verba de quinhentos e quarenta e cinco mil euros para estas áreas, questionou se este montante garante a cobertura total das necessidades no pré-escolar, primeiro e segundo ciclos. -----

--- Modelo de Gestão e Contratação: Questionou se a referida verba se destina à contratação da empresa "Tempos Brilhantes", entidade que operacionaliza as atividades. Solicitou esclarecimentos sobre o processo de contratação desta entidade e inquiriu os motivos pelos quais o Município não opta pela contratação direta de recursos humanos.-

--- Política Educativa: Considerou que a opção pela subcontratação destes serviços reflete uma fragilidade na política pública local, argumentando que este modelo tem sobrecarregado os orçamentos familiares e dificultado a conciliação entre a vida pessoal e profissional. -----

--- Concluiu questionando o Executivo se as políticas educativas e sociais passarão a ser uma prioridade estratégica, à semelhança de municípios vizinhos, ou se o foco governativo continuará a privilegiar o investimento privado em áreas não sociais, sublinhando que, embora saude o investimento privado no Concelho, defende a inversão do ciclo atual em favor de uma maior capacidade de intervenção pública nas atividades extracurriculares e de apoio à família. -----

--- O senhor **Presidente da Câmara** reafirmou que a educação permanece uma prioridade estratégica do município de Santarém, recusando qualquer inversão na política seguida até

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

à data. Destacou o investimento público histórico realizado nos últimos anos, exemplificado pela criação de três novos centros escolares, com um investimento aproximado de dez milhões de euros, visando proporcionar condições de aprendizagem de excelência.-----

--- Ressalvou a complexidade da gestão escolar no concelho de Santarém, que conta com sessenta e três escolas, o que exige uma otimização rigorosa do investimento e uma visão descentralizada. Informou que o atual orçamento prevê a reabilitação da Escola Dr. Ginestal Machado e da EB dois, três de Alcanede. Quanto à primeira, a conclusão do projeto de execução está prevista para junho, com vista à candidatura a fundos governamentais via Banco Europeu de Investimento (BEI), onde a referida escola detém prioridade de nível dois.-----

--- Relativamente à dimensão material e manutenção, foi referida a continuidade da colaboração com os Presidentes de Junta de Freguesia para intervenções durante o período de pausa letiva, mantendo a estratégia de reabilitações anuais que, em diversos casos, superaram os cento e cinquenta mil euros por intervenção.-----

--- Por fim, quanto às Componentes de Apoio à Família (CAF), o Senhor Presidente esclareceu que a visão do executivo diverge de outros municípios por considerar que estas devem ser a exceção e não a regra. Defendeu que o apoio às famílias deve ser articulado com associações de pais, IPSS e, a partir de dois mil e vinte e seis, com as Juntas de Freguesia, mediante um estímulo financeiro parcial e não através do financiamento total dos custos pelo município, mantendo assim a coerência com a rota estratégica definida."

--- A senhora **Vereadora Teresa Ferreira**, em resposta à Deputada Paula Cruz, manifestou o seu reconhecimento pelo trabalho das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) do concelho. Reportando-se à reunião do Conselho Local de Ação Social (CLAS) de dez de dezembro, destacou a elevada participação de vinte e cinco IPSS e entidades públicas, enaltecendo o trabalho em rede e projetos diferenciadores como os da associação FARPA. No que concerne à Refood, a senhora Vereadora anunciou que, após diligências para encontrar instalações que cumprissem os requisitos de logística e salubridade, foi finalizada a negociação para uma nova localização. Informou ainda que o

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

Município assumirá o pagamento integral da renda mensal, dada a relevância social da atividade, prevendo-se a divulgação do novo espaço nos próximos dias.-----

--- Relativamente às questões colocadas pelo deputado Joaquim Neto sobre os investimentos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) na área da saúde, a Vereadora confirmou que as empreitadas nas Unidades de Saúde Familiar (USF) de Amiais de Baixo e da Moçarria estão em curso. Todavia, admitiu constrangimentos nos restantes projetos devido a concursos desertos, problema que já foi comunicado à Unidade Local de Saúde (ULS) da Lezíria. Ressalvou que o prazo de execução do PRR termina a trinta de junho e que o Município pondera recorrer a ajustes diretos ou novos concursos. Mais informou que está agendada uma reunião com a Ministra da Saúde para janeiro, reiterando o compromisso da autarquia em concretizar as obras, recorrendo a fontes de financiamento alternativas caso os fundos do PRR não se viabilizem.-----

--- Por último, em resposta ao Deputado Jorge Rodrigues sobre o Urbanismo, a Senhora Vereadora sublinhou o objetivo de tornar o serviço mais ágil para atrair investimento privado. Apresentou dados estatísticos demonstrando que, desde agosto, entraram em tramitação nove mil duzentos e noventa e dois processos, com uma média mensal superior a trezentos novos pedidos. Para fazer face a este volume, anunciou que o atendimento técnico foi duplicado de dois para quatro dias semanais desde dois de dezembro. O objetivo do executivo é eliminar a necessidade de agendamento prévio até março de dois mil e vinte e seis.-----

--- Concluiu referindo que está em curso uma reorganização interna dos serviços, com a introdução de gestores de processo e métricas de monitorização, prevendo uma melhoria gradual nos tempos de resposta mediante a formação de novos recursos humanos. Reiterou que, apesar da complexidade técnica da matéria, o executivo está a investir na formação contínua dos recursos humanos. Admitiu a existência de um período necessário de adaptação e maturação das equipas face às novas metodologias, mantendo, contudo, a convicção de que os objetivos de celeridade e eficiência serão plenamente visíveis entre fevereiro e março. Reafirmou o compromisso do Município em tratar com igual prontidão tanto os investidores individuais como as empresas, consolidando a estratégia de atração

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

de investimento privado para o concelho através de uma resposta administrativa célere e eficaz. -----

--- O senhor **Vereador Pedro Gouveia** respondeu aos senhores deputados Jorge Rodrigues e José Magalhães relativamente ao ponto de situação do acesso Norte e às questões de mobilidade. Informou que a primeira fase da Unidade de Execução, realizada em parceria com o setor privado, está em fase de conclusão, prevendo-se o término das obras de urbanização no início de dois mil e vinte e seis. Esclareceu que, após a conclusão da zona da rotunda e áreas envolventes, estas serão recebidas pela Câmara Municipal.---

--- Relativamente à Fase Dois, anunciou que o projeto está concluído, tendo sido integralmente desenvolvido pela equipa interna da autarquia, à qual endereçou os parabéns, e submetido à revisão obrigatória por uma entidade externa. O valor estimado da intervenção ascende a um milhão seiscentos e trinta e cinco mil duzentos e oitenta e quatro euros e sessenta e um cêntimos, acrescidos de IVA. O concurso para a empreitada será lançado no início de dois mil e vinte e seis, estando atualmente em curso o processo de aquisição das parcelas de terreno necessárias.-----

--- No que concerne à mobilidade, sublinhou que a intervenção visa solucionar o estado de degradação daquela via, que se arrastava há décadas. O projeto prevê a melhoria dos passeios e a criação de uma ciclovia, tendo sido necessário otimizar o espaço disponível (com três faixas de rodagem e ciclovia) para minimizar a necessidade de expropriações. Referiu ainda que a Fase Dois está devidamente compatibilizada com a Fase Um. -----

--- Por fim, reiterou o compromisso do programa eleitoral de garantir a segurança nos acessos escolares. Nesse sentido, será efetuada a ligação entre a nova rotunda do Acesso Norte, via São Pedro, até à Escola da Portela, mantendo a mesma tipologia de passeios e ciclovia. Informou, por último, que o procedimento de contratação para este projeto será iniciado em breve.-----

--- O senhor **Vereador Emanuel Campos** respondeu à intervenção do senhor deputado José Magalhães, agradecendo as notas partilhadas sobre o Festival Nacional de Gastronomia e o Reino de Natal. Relativamente ao Festival Nacional de Gastronomia, sublinhou tratar-se do certame mais antigo do país, destacando o sucesso das últimas

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

edições e a estratégia de equilibrar a modernidade com a tradição. Informou que a autarquia já se encontra a trabalhar na edição de dois mil e vinte e seis, com o objetivo de renovar a dinâmica do evento com base no feedback técnico e dos visitantes. -----

--- Quanto ao Reino de Natal, reconheceu os constrangimentos apontados, referindo que os mesmos decorrem do aumento exponencial do número de visitantes. Destacou o crescimento consolidado do evento, visível na afluência ao Jardim da Liberdade, e partilhou o crescente interesse de associações de concelhos vizinhos em visitar e utilizar os equipamentos disponíveis, como a pista de gelo. Concluiu, pedindo desculpas pelos incómodos causados e assegurou que as observações feitas foram registadas pelos serviços municipais com vista à melhoria de edições futuras. -----

--- O senhor Deputado **Joaquim Neto**, reportando-se aos dados apresentados pela senhora Vereadora do Urbanismo, solicitou o detalhe estatístico relativo aos cerca de nove mil processos pendentes e à média de entrada de trezentos processos mensais. Questionou, especificamente, qual a percentagem destes processos que diz respeito a obras de construção nova ou de requalificação, distinguindo-os de pedidos de informação prévia ou outros atos administrativos complementares. Reforçou a importância desta tipificação para uma análise mais precisa da celeridade dos serviços municipais. -----

--- O senhor Deputado **José Magalhães** relativamente questões anteriormente formuladas sobre as medidas de emprego, questionou se existe uma monitorização do sucesso dessa integração ou se ocorre um desligamento imediato da autarquia. Adicionalmente, propôs a criação de um balcão de aconselhamento técnico para apoiar a população nas candidaturas a programas de apoio (muitas vezes complexas e exclusivamente digitais), visando combater a dependência e a pobreza energética no concelho. -----

--- O senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que a senhora Vereadora Teresa Ferreira acompanha este dossiê em articulação com o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), entidade responsável pela resposta direta nestas matérias. Salientou o papel da rede social do concelho, enaltecendo o trabalho das IPSS e Misericórdias.

--- Quanto ao apoio ao consumidor, informou que o edifício "E-Redes" dispõe de valências para auxiliar a comunidade na procura de soluções e programas de apoio,

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

reconhecendo a pertinência da intervenção do deputado no sentido de reforçar o auxílio técnico municipal. -----

--- O senhor Deputado **Pedro Melo** solicitou esclarecimentos sobre o protocolo assinado para as obras no edifício da PSP, questionando sobre o cronograma previsto, nomeadamente datas de arranque e prazos de execução. -----

--- O senhor **Presidente da Câmara** informou que o Município irá intervir nos edifícios da PSP e da GNR (fachadas e coberturas), ao abrigo de uma colaboração com o Governo. Relativamente à PSP, indicou que a autarquia está a concluir o programa para elaboração do projeto de execução, prevendo-se o lançamento do concurso público e o início da empreitada durante o ano de dois mil e vinte e seis. -----

--- Em resposta ao senhor Deputado Joaquim Neto, refutou a ideia de uma paralisia nos serviços, atribuindo o elevado volume de processos à forte dinâmica habitacional e de investimento privado no território. Justificou que fatores como a revisão do PDM e a consulta a entidades externas influenciam os prazos, mas garantiu que a autarquia está empenhada em melhorar a resposta. Instruiu os serviços e a Senhora Vereadora a facultarem o detalhe estatístico solicitado na próxima Assembleia Municipal. -----

--- O senhor Deputado **Renato Bento** solicitou um esclarecimento sobre o relatório de atividades da Divisão de Educação, referente à contratação de uma empresa "Tempos Brilhantes" para assegurar serviços de animação, apoio à família e atividades de enriquecimento curricular (AEC). Questionou se o vínculo contratual para dois mil e vinte e seis será estabelecido diretamente com a autarquia ou através das associações de pais. -----

--- O senhor **Presidente da Câmara**, em resposta ao senhor Deputado Renato Bento comprometeu-se a validar a informação junto da Divisão de Educação, retificando, no entanto, que a entidade referenciada "Tempos Brilhantes" possui a natureza jurídica de (IPSS), explicando que, por se tratar de uma entidade sem fins lucrativos, o Município estabelece protocolos para a implementação de programas monitorizados pelos agrupamentos de escolas, sublinhando que caso a designação de "empresa" conste no relatório, a mesma constitui um lapso técnico que será corrigido pelos serviços. -----

--- O senhor Deputado **Joaquim Neto** questionou se a deslocalização da estação

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

ferroviária não irá comprometer a viabilidade ou a utilidade do funicular no local originalmente proposto. -----

--- O senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que a solução de mobilidade prevista no Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS) visa ligar o Planalto à zona ribeirinha. Admitiu que, perante uma eventual deslocalização da linha férrea, a intenção de construir o funicular naquele local específico poderá ser suspensa ou reavaliada, uma vez que o seu objetivo primordial é a ligação à estação ferroviária. -----

--- Sublinhou, contudo, que o PMUS define três prioridades estratégicas para vencer o desnível orográfico da cidade: -----

--- Um – A Ligação de São Bento à estação ferroviária via funicular; -----

--- Dois – A Ligação de São Domingos ao Miradouro da Ribeira; -----

--- Três – Ligação do Jardim das Portas do Sol ao futuro Parque Natura Tejo, com uma vertente predominantemente turística. -----

--- Concluiu afirmando que as decisões finais serão tomadas com base em estudos de eficácia e eficiência para a mobilidade regional, após a definição do traçado ferroviário.

--- Esgotadas as intervenções, foi dada por concluída a apreciação deste ponto que não carece de votação. -----

--- PONTO DOIS – INFORMAÇÕES PRESTADAS PELOS DEPUTADOS MUNICIPAIS ELEITOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA NAS DIFERENTES COMISSÕES, CONSELHOS MUNICIPAIS E OUTROS ÓRGÃOS.

--- Não houve intervenções neste Ponto. -----

--- Seguidamente, o senhor **Presidente da Assembleia** propôs a discussão em conjunto **dos Pontos Três, Quatro e Cinco**, sendo que a votação seria em separado, tendo o plenário concordado. -----

--- O senhor Deputado **Joaquim Neto**, informou que o Partido Socialista irá abster-se na votação por duas razões fundamentais: primeiro, por considerar que estas decisões estão em consonância com o orçamento apresentado; segundo, por entender que, dada a dimensão do orçamento do Município de Santarém, o executivo poderia ter ido mais longe na redução do IRS e do IMI. Recordou que, no mandato anterior, existia uma estratégia

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

conjunta com o PSD para a redução do IRS que agora se mantém, mas defendeu que existiam condições para uma descida mais acentuada, classificando a redução do IMI como muito reduzida.-----

--- O senhor Deputado **Jorge Rodrigues** saudou o executivo pelas propostas, qualificando-as como uma opção política responsável e centrada nas pessoas e nas empresas. Salientou que o município optou pelas taxas mais baixas de sempre, abdicando de cerca de três vírgula três milhões de euros em prol dos munícipes. Especificou que a taxa de quatro vírgula cinco por cento no IRS devolve às famílias cerca de quatrocentos e quinze mil euros, a redução do IMI representa mais de um vírgula nove milhões de euros e a derrama cerca de um milhão de euros que permanece no tecido económico. Concluiu, considerando que estas medidas promovem a competitividade e a atração de investimento, sendo um sinal de boa gestão.-----

--- A senhora Deputada **Rita Correia** referiu que a sua intervenção constitui declaração de voto, esclarecendo que o sentido de voto da será diferente no Ponto Quatro.-----

--- Relativamente ao Ponto Três, congratulou-se pela manutenção da taxa, pelo que a CDU irá votar a favor, embora tenha ressalvado que, nos rendimentos mais elevados, a taxa poderia ser superior para compensar a perda fiscal da autarquia e permitir um maior alívio às famílias com menores rendimentos.-----

--- O senhor Deputado **Pedro Melo** anunciou o voto favorável da sua bancada, destacando a trajetória descendente dos impostos (IRS, IMI e derrama). Reitera a sua posição de que a derrama deverá caminhar para a taxa zero, à semelhança de cento e vinte e quatro municípios portugueses, o que fomenta o desenvolvimento empresarial. Sublinhou que a redução da carga fiscal atrai a fixação de empresas e valorizou a manutenção do IMI Familiar, considerando o caminho percorrido como correto.-----

O senhor Deputado **Vítor Borges da Costa** manifestou o voto contra da sua bancada nos Pontos Três, Quatro e Cinco, argumentando que a participação no IRS de quatro vírgula cinco por cento representa uma devolução de apenas zero vírgula cinco por cento aos munícipes, num contexto de aumento de receita fiscal, defendendo que haveria margem para um alívio maior se houvesse controlo da despesa. Relativamente à derrama e ao IMI,

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

considerou as reduções propostas como "meramente simbólicas", concluiu referindo que não existe uma política consistente de redução da carga fiscal no concelho.-----

--- O senhor **Presidente da Câmara** encerrou o debate enaltecendo que a estratégia do executivo assenta no binómio "mais investimento e menos impostos", sublinhando que o município abdica de três milhões duzentos e noventa e seis mil euros em favor das famílias e empresas, optando por uma redução gradual em vez da aplicação das taxas máximas permitidas. Reforçou que este esforço é feito em simultâneo com o maior orçamento de investimento de sempre na história do município, o que demonstra uma gestão rigorosa e equilibrada.-----

--- Encerrado o debate, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou a votação, separadamente, os **Pontos Três, Quatro e Cinco**: -----

--- **PONTO TRÊS – PROPOSTA DE IRS – DE IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL A COBRAR NO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS.** -----

--- Pela Câmara foi presente a Proposta número noventa e um/dois mil e vinte e cinco:--

--- “Dando sequência à deliberação camarária, tomada por maioria, com quatro votos a favor dos senhores Presidente e Vereadores da AD – COLIGAÇÃO PSD/CDS, quatro abstenções dos senhores Vereadores do Partido Socialista e um voto contra do senhor Vereador do Partido CHEGA, em quinze de dezembro de dois mil e vinte e cinco, **cabeme propor à Exma. Assembleia Municipal de Santarém delibere**, nos termos da alínea c) do número um do artigo vinte e cinco, conjugado com a alínea ccc) do número um do artigo trinta e três ambos do Anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, **que o Município tenha uma participação de quatro vírgula e cinco por cento (4,5%) no Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) a cobrar no ano de dois mil e vinte e seis**”. -----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de IRS – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares – Participação Variável a cobrar no ano de dois mil e vinte e cinco**, nos termos da alínea c) do número um do artigo vinte e cinco do anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

e treze, de doze de setembro, tendo sido **aprovada por maioria**, com vinte e um votos a favor, três votos contra e dezasseis abstenções.-----

---PONTO QUATRO – PROPOSTA DE LANÇAMENTO DE DERRAMA A COBRAR EM DE DOIS MIL E VINTE E SEIS.-----

--- Pela Câmara foi presente a Proposta número noventa e três/dois mil e vinte e cinco: -

--- “Dando sequência à deliberação camarária, tomada em quinze de dezembro de dois mil e vinte e cinco, por maioria, com quatro votos a favor dos senhores Presidente e Vereadores da AD – COLIGAÇÃO PSD/CDS, quatro abstenções dos senhores Vereadores do Partido Socialista e um voto contra do senhor Vereador do Partido CHEGA, cabe-me propor à Exma. Assembleia Municipal de Santarém que, ao abrigo no número um do artigo dezoito, da Lei número cinquenta e um/dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto, conjugada com a alínea d) do número um do artigo vinte e cinco e alínea ccc) do número um do artigo trinta e três, ambos do Anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, **delibere aprovar a taxa proposta para a Derrama a cobrar no ano de dois mil e vinte e seis fixando as respetivas taxas em zero vírgula zero um por cento para empresas com volume de negócios inferior ou igual a cento e cinquenta mil euros**, taxa idêntica à praticada em dois mil e vinte e cinco e **para as empresas com volume de negócios superior a cento e cinquenta mil euros: zero vírgula noventa e um por cento**, refletindo, desta forma, uma diminuição face à taxa praticada no presente ano (-zero vírgula zero um por cento), o que implica uma perda de receita estimada de treze mil trezentos e sessenta e sete euros e oitenta e sete cêntimos (€ 13.367,87), ou de setecentos e oitenta e oito mil setecentos e quatro euros e vinte e seis cêntimos (€ 788.704,26), se praticada a taxa máxima”. -----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Lançamento de Derrama a cobrar em dois mil e vinte e seis**, nos termos da alínea d) do número um do artigo vinte e cinco do anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido **aprovada por maioria**, com vinte e um votos a favor, três votos contra e dezassete abstenções.-----

---PONTO CINCO – PROPOSTA DE FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS RESPEITANTES A DOIS MIL E VINTE E CINCO A LIQUIDAR EM DOIS MIL E VINTE E SEIS. -----

--- Pela Câmara foi presente a Proposta número noventa e dois/dois mil e vinte e cinco:-

--- “Dando sequência à deliberação camarária, tomada em quinze de dezembro de dois mil e vinte e cinco, aprovada por maioria, com quatro votos a favor dos senhores Presidente e Vereadores da AD – COLIGAÇÃO PSD/CDS, quatro abstenções dos senhores Vereadores do Partido Socialista e um voto contra do senhor Vereador do Partido CHEGA, cabe-me propor à Exma. Assembleia que, ao abrigo do disposto na alínea d) do número um do artigo vinte e cinco e alínea ccc) do número um do artigo trinta e três do anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro e do número catorze do artigo cento e doze Decreto-Lei número duzentos e oitenta e sete/dois mil e três, de doze/onze, na sua atual redação, delibere:-----

--- * aprovar a fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis respeitante a dois mil e vinte e cinco, a liquidar no ano de dois mil e vinte e seis, em zero vírgula trezentos e sessenta e sete por cento para os prédios urbanos contemplados na alínea c) do número um do artigo cento e doze do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis bem como a adoção do Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) Familiar; -----

--- * aprovar a majoração, elevando as taxas previstas nas alíneas b) e c) do número um do artigo cento e doze do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), anualmente, ao triplo, dos prédios que se encontrem em ruínas.”-----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis respeitantes a dois mil e vinte e cinco a liquidar em dois mil e vinte e seis**, nos termos da alínea d) do número um do artigo vinte e cinco do anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido **aprovada por maioria**, com vinte e um votos a favor, três votos contra e dezoito abstenções.-----

--- PONTO SEIS – PROPOSTA DE ACLARAÇÃO – TABELA DE TAXAS (QUADRO VI).-----

--- Pela Câmara foi presente a Proposta número noventa e quatro/dois mil e vinte e cinco:

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

--- “Dando sequência à deliberação camarária, tomada por unanimidade, em quinze de dezembro de dois mil e vinte e cinco, cabe-me **propor à Exma. Assembleia Municipal de Santarém que delibere para aclaração**, nos termos da alínea ccc) do número um do artigo trinta e três do Anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, ao abrigo da competência prevista na alínea g) do número um do artigo vinte e cinco do mesmo diploma, **que as alíneas a) a k) do artigo oitenta e sete e a) a l) do artigo oitenta e oito, e artigo oitenta e nove e noventa do Quadro VI da Tabela de Taxas em vigor, se apliquem exclusivamente às situações sujeitas a comunicação prévia com prazo, designadamente quando exista alteração à utilização de edifícios, em operação urbanística prévia, ou utilização de edifícios isentos de controlo prévio urbanístico**”. -----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Aclaração – Tabela de Taxas (Quadro VI)**, nos termos das alíneas b e g) e o), do número um, do artigo vinte e cinco, do Anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido **aprovada por maioria**, com quarenta e um votos a favor, zero votos contra e uma abstenção. -----

--- **PONTO SETE – PROPOSTA DE REORGANIZAÇÃO INTERNA DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS.**-----

--- Pela Câmara foi presente a Proposta número noventa/dois mil e vinte e cinco:-----

--- “Dando sequência à deliberação camarária tomada, por maioria, com quatro votos a favor dos senhores Presidente e Vereadores da AD – COLIGAÇÃO PSD/CDS, cinco abstenções dos senhores Vereadores do Partido Socialista e do senhor Vereador do Partido Chega, a quinze de dezembro de dois mil e vinte e cinco. **cabe-me propor à Exma. Assembleia Municipal de Santarém que aprove**, nos termos do disposto no artigo seis do Decreto-Lei trezentos e cinco/dois mil e nove, de vinte e três de outubro, conjugado com a alínea m) do número um do artigo vinte e cinco, do anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, a **Proposta número catorze/P/dois mil e vinte e cinco, de Reorganização Interna dos Serviços Municipais**, que se anexa”. -----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

votação a **Proposta de Reorganização Interna dos Serviços Municipais**, nos termos da alínea m), do número um, do artigo vinte e cinco, do Anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido **aprovada por maioria**, com vinte votos a favor, zero votos contra e vinte e quatro abstenções. -----

--- PONTO OITO – ORÇAMENTO, GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM PARA DOIS MIL E VINTE E SEIS.-----

--- Pela Câmara foi presente a Proposta número noventa e cinco/dois mil e vinte e cinco:

--- “Dando sequência à deliberação camarária do dia quinze de dezembro de dois mil e vinte e cinco, tomada por maioria, com quatro votos favoráveis dos senhores Presidente e Vereadores da AD – Coligação PSD/CDS, quatro abstenções dos senhores Vereadores do Partido Socialista e um voto contra do senhor Vereador do Partido CHEGA, cabe-me propor à Exma. Assembleia, nos termos da alínea a) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, à Lei setenta e cinco/dois mil e treze de doze de setembro, a aprovação do Orçamento e Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal do Município para o ano de dois mil e vinte e seis, que se anexa”. -----

--- O senhor Deputado **Luís Batista** começou por referir que, embora este não seja o orçamento do grupo municipal do Partido Socialista, existem obras previstas com as quais concordam e que têm sido defendidas como fundamentais para o desenvolvimento do concelho. -----

--- Salientou que o documento se apresenta compreensível e com boa qualidade técnica, saudando todos os técnicos envolvidos na sua elaboração. -----

--- Sublinhou tratar-se do maior orçamento da história do município, atingindo os cem milhões de euros. No agregado corrente, destacou uma receita de setenta e quatro milhões face a uma despesa de cinquenta e nove milhões, o que gera uma poupança corrente de quinze milhões de euros, verba que deverá ser canalizada para investimento no exercício seguinte, caso se mantenha o rigor na despesa. -----

--- Relativamente à receita, observou um crescimento de cinco vírgula quinze por cento nos impostos diretos. Notou que, apesar da redução das taxas de IMI e Derrama, a receita

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

fiscal continua a subir devido ao desempenho do IMT, que registou um aumento de vinte e um por cento face à dinâmica do mercado imobiliário local. Quanto às transferências correntes, registou um aumento de quatro vírgula noventa e cinco por cento, decorrente sobretudo da transferência de competências do Estado. -----

--- No que concerne às despesas de pessoal, assinalou um aumento de quatro vírgula oitenta e três por cento, deduzindo a estimativa de três por cento para atualizações salariais, calculou que cerca de um vírgula oitenta e três por cento deste crescimento se deve a novas contratações, em parte justificadas pela delegação de competências já em curso desde dois mil e vinte e cinco. -----

--- Sobre a aquisição de bens e serviços, manifestou preocupação com o aumento de nove vírgula sessenta por cento. Justificou parte deste valor com o novo contrato de gestão de resíduos, mas alertou para o que considera ser uma opção política de externalização crescente. Criticou o peso de rubricas como o aluguer de viaturas e a contratação de "outros trabalhos especializados", argumentando que a autarquia parece estar a abdicar da prestação direta de serviços em favor da contratação externa. -----

--- Por fim, analisando o agregado de capital, referiu que a receita de vinte e seis milhões de euros assenta em treze milhões de transferências, doze vírgula cinco milhões de passivos financeiros. Alertou que o recurso a empréstimos representa doze vírgula cinco por cento do orçamento, o que resultará num aumento do endividamento municipal, prevendo-se que a dívida total ascenda a cerca de vinte e nove milhões de euros no final do período. -----

--- Prosseguindo na análise, referiu que a dívida municipal deverá situar-se em torno dos vinte e nove milhões de euros no final do ano. Ressalvou, contudo, o aumento de vinte e sete vírgula trinta e seis por cento no investimento em bens de capital, que totaliza trinta e um, vírgula quatro milhões de euros, reconhecendo este esforço como um dos principais objetivos para a melhoria da qualidade de vida no concelho. -----

--- Relativamente ao passivo financeiro, assinalou o encargo de cerca de três milhões de euros previsto para dois mil e vinte e seis, decorrente das amortizações de empréstimos em curso. -----

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

--- No que concerne a investimentos específicos, destacou a requalificação da Escola Ginestal Machado e da EB dois/três, referiu que as verbas inscritas parecem destinar-se apenas à conclusão de projetos de especialidade e não ao arranque imediato das obras. Alertou para a necessidade de submissão das candidaturas a fundos comunitários até junho do próximo ano, conforme discutido em assembleias anteriores, de modo a evitar o recurso a novos financiamentos bancários. -----

--- Solicitou esclarecimentos sobre o Acesso Norte, nomeadamente o ponto de situação da primeira fase desta obra (passeios e ciclovia na Avenida Francisco Sá Carneiro até à rotunda do Continente), manifestando estranheza pela ausência de maquinaria no local e questionou a execução financeira do projeto, considerando que o investimento total previsto é de vinte e dois milhões de euros (entre investimento público e privado), sendo que o município participa com um vírgula dois milhões de euros, querendo saber quem assegurou os pagamentos dos trabalhos já executados, nomeadamente se os mesmos foram suportados. Manifestou a sua satisfação pelo facto de os passeios estarem incluídos, embora tenha registado que o projeto até à Portela ainda se encontra em fase de elaboração, salientando que a prioridade imediata deverá ser a zona do E.Leclerc e a execução dos passeios até à rotunda. -----

--- Criticou, no âmbito da habitação e do Plano Local de Habitação (PLH), a dotação de apenas cinquenta mil euros para a requalificação do Bairro Dezasseis de Março, uma intervenção sucessivamente anunciada pelo executivo. Refutou o argumento de que tal verba poderá ser reforçada em sede de revisão orçamental com o saldo de gerência, advertindo que esses recursos são finitos e já se encontram comprometidos com outros investimentos, como os pavilhões de Amiais e Alcanede. -----

--- Questionou igualmente a estratégia para o desenvolvimento económico, apontando que a reabilitação da Zona de Desenvolvimento Económico de Santarém dispõe apenas de uma verba simbólica de quinhentos euros, insuficiente para a intervenção profunda que a área exige.-----

--- Por último, manifestou o seu desagrado com a dotação de mil euros inscrita para a Rotunda do CNEMA, recordando que esta obra é prometida desde dois mil e vinte e um e

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

que o senhor Presidente havia garantido a existência de um projeto em fase avançada, sublinhando a urgência desta intervenção tendo em conta os acidentes graves ali ocorridos.

--- O senhor deputado **Jorge Rodrigues** referiu que o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para dois mil e vinte e seis, em apreço, confirmam uma linha de governação coerente, ambiciosa e financeiramente responsável. Trata-se de um orçamento à escala das ambições de Santarém, como salientou o senhor Presidente da Câmara. -----

--- Referiu que estamos perante um orçamento no valor de noventa e nove milhões e quinhentos mil euros, representando um aumento de dez milhões de euros face a dois mil e vinte e cinco. Trata-se de um crescimento significativo, sustentado numa maior capacidade de investimento, no reforço das transferências e na consolidação financeira.

--- Aludiu que este é um orçamento que aposta claramente no investimento estruturante, com mais de trinta e um milhões de euros alocados a projetos que transformam o território, reforçam a coesão social e preparam o futuro do concelho. Destaca-se, desde logo, um forte investimento no desporto e na educação, com despesas correntes superiores a seis vírgula três milhões de euros, bem como na requalificação urbana. -----

--- Salientou que se mantém a aposta na atração de investimento privado e no desenvolvimento económico, bem como na valorização do espaço público e do património do centro histórico. O reforço das políticas sociais, culturais e educativas, com especial atenção às freguesias — que registam um aumento de dois vírgula cinco por cento na sua dotação, passando para seis milhões e quatrocentos mil euros — e ao associativismo e às instituições locais, com destaque para quatro milhões e duzentos mil euros destinados às IPSS, traduz um claro compromisso com a segurança, a proteção civil e a proximidade ao cidadão. -----

--- Disse que importa sublinhar que tudo isto é feito sem abdicar da consolidação financeira, mantendo-se o caminho de rigor, credibilidade e cumprimento dos compromissos, ao mesmo tempo que se prossegue a redução gradual da carga fiscal, como hoje também aqui foi discutido. -----

Concluiu, afirmando que este orçamento reflete uma visão estratégica, assente em eixos claros, com projetos concretos, financiamento identificado e impacto direto na vida dos

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

munícipes. A bancada do PSD reconhece este documento como um instrumento sólido, realista e alinhado com as necessidades do concelho, que dá continuidade ao trabalho desenvolvido nos últimos anos e prepara Santarém para o desenvolvimento, destacando que por estas razões, e com sentido de responsabilidade, esta bancada acompanha a proposta, reafirmando o seu compromisso com uma governação próxima, exigente e orientada para resultados. -----

--- O senhor Deputado **Luís Martins** iniciou a sua intervenção fazendo uma análise comparativa entre o Orçamento e as Grandes Opções do Plano (GOP) para dois mil e vinte e seis e os documentos previsionais de dois mil e vinte e cinco, recordando as palavras do executivo na introdução aos documentos do corrente ano, que classificavam estes instrumentos como tendo uma importância primordial para a gestão autárquica e que deveriam aproximar-se o mais possível da realidade. Citou ainda a mensagem do senhor Presidente para o próximo ano, que define o atual orçamento como sólido, rigoroso e orientado para o futuro. -----

--- Destacou a falta de rigor e planeamento durante o exercício económico de dois mil e vinte e cinco em que ocorreram seis revisões orçamentais, o que representa uma média de uma revisão a cada dois meses. No seu entender, este volume de alterações evidencia que os instrumentos de gestão foram pouco profícuos e careceram de rigor, revelando uma gestão ao sabor dos acontecimentos. -----

--- Apontou algumas derrapagens financeiras nos valores previstos de diversos projetos, num montante global de cerca de oito vírgula quatro milhões de euros. -----

--- Informou que da análise efetuada o seu grupo municipal concluiu que cerca de oito vírgula oito milhões de euros em despesas que não estavam inicialmente previstos, o que demonstra um défice de planeamento, realçando a cativação de verbas na ordem dos vinte e um vírgula sete milhões de euros, correspondentes a projetos que deveriam ter sido concluídos durante dois mil e vinte e cinco. Questionou se as cativações resultaram de falta de recursos financeiros ou se foram uma estratégia deliberada para robustecer o plano de investimentos anunciado para dois mil e vinte e seis. -----

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

--- Considerou que a inscrição de elevados valores em dois mil e vinte e cinco poderá ter tido motivações eleitorais, apresentando uma lista de projetos transitados ou adiados, entre os quais: Eficiência Energética em Edifícios Municipais; o Centro Escolar de Sacapeito; a Reabilitação de Imóveis Municipais; o Eixo Pedonal e Ciclável Ribeira de Santarém-Valada; a Casa das Artes e da Cultura.-----

--- Reiterou a falta de rigor na contabilização dos investimentos realizados em anos anteriores, o que, na sua opinião, falseia o custo total dos projetos e contradiz o discurso de transparência do executivo municipal.-----

--- Solicitou esclarecimentos sobre o valor investido no projeto das Casas Mortuárias de São Pedro. -----

--- Lamentou o aparente abandono de projetos estratégicos na área da agricultura e pecuária, referindo que o projeto Insectera e as iniciativas relacionadas com a APRODER, ADIAFA Tejo e o projeto AGRO desapareceram das GOP para dois mil e vinte e seis. Criticou o facto de, num concelho com a matriz rural de Santarém e num contexto de dificuldades para o mundo rural, a autarquia não apresentar um único projeto dedicado à agricultura, silvicultura, caça e pesca para dois mil e vinte e seis. -----

--- Relativamente à receita corrente e à política fiscal, apelidou de semi-falácia o anunciado abaixamento de taxas que, apesar da redução marginal de zero vírgula zero um por cento no IMI, a receita prevista para dois mil e vinte e seis é superior à de dois mil e vinte e cinco, registando-se uma variação positiva de noventa e sete mil euros.-----

--- No que concerne à Derrama, assinalou uma variação negativa de cento e vinte e três mil euros, com a receita a baixar de uma previsão de um vírgula cinco milhões em dois mil e vinte e cinco para um vírgula três milhões de euros em dois mil e vinte e seis.-----

--- Salientou que o aumento previsto na receita de IMI absorve quase integralmente a redução da Derrama, tornando o efeito destas medidas praticamente inócuo para o contribuinte, considerando que a redução de impostos prejudica o investimento, defendendo que é possível baixar a carga fiscal através de um controlo rigoroso da despesa corrente, propondo um conjunto de medidas estruturantes: -----

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

--- Revisão de todos os subsídios e apoios normais e extraordinários, avaliando a sua finalidade, resultados obtidos e rigor na fiscalização dos beneficiários para evitar utilizações abusivas. -----

--- Reavaliação do clausulado dos contratos-programa, concursos e dos preços praticados, bem como o estabelecimento de bases de licitação exequíveis nos concursos públicos para reduzir o número de concursos desertos e limitar o recurso aos ajustes diretos. -----

--- Escrutínio rigoroso das adjudicações e ajustes diretos, avaliando potenciais conflitos de interesse e quantificando escrupulosamente os resultados. -----

--- Redução da contratação de trabalhos especializados externos e Valorização dos Recursos Internos defendendo que estas funções devem ser assumidas pelos técnicos do quadro de pessoal do município. -----

--- Prosseguindo na análise do documento, questionou a falta de especificação na rubrica de rendimentos de propriedade, onde constam sete vírgula dois milhões de euros sob a designação de “outros”, assim como a rubrica de “outros serviços” que apresenta um valor elevado de sete vírgula sete milhões de euros, e à conta de transferências para instituições sem fins lucrativos, dotada com dois vírgula quatro milhões de euros. -----

--- No que respeita às despesas correntes, solicitou esclarecimentos sobre a rubrica de Pessoal, se no valor global de vinte e quatro vírgula sete milhões de euros, já estão previstos os custos com a reorganização interna dos serviços municipais. -----

--- Inquiriu sobre a natureza dos dois vírgula seis milhões de euros orçamentados na rúbrica de encargos de instalações. -----

--- No tocante ao Quadro de Pessoal, contestou a estimativa do executivo de um acréscimo de apenas dezoito elementos, referindo que, de acordo com os mapas divulgados, preveem-se quarenta e três entradas catorze saídas, o que resulta num aumento real de vinte e nove novos elementos ao serviço da autarquia. -----

--- Concluiu, em jeito de resumo, face às necessidades de informação complementar e à existência de múltiplas contas agregadoras sem a devida transparência, o seu grupo municipal não valida a aprovação do Orçamento e Grandes Opções do Plano, afirmando

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

que o voto será desfavorável devido aos erros grosseiros e inadmissíveis detetados no planeamento, os quais considera gravosos para a gestão do município.-----

--- O senhor Deputado **Pedro Melo** iniciou a sua intervenção subscrevendo as observações anteriores quanto à qualidade técnica do orçamento, elogiando o trabalho desenvolvido pelos técnicos municipais, destacando que para além do rigor técnico, o orçamento reflete opções de natureza política que devem ser destacadas.-----

--- Enalteceu a capacidade do executivo em combinar uma redução de impostos com a manutenção da sustentabilidade financeira do município, considerando este um dos objetivos centrais do documento.-----

--- Destacou três eixos fundamentais na estratégia política apresentada:-----

--- Desenvolvimento Infraestrutural, aposta nítida em infraestruturas como suporte indispensável ao desenvolvimento económico do Concelho.-----

--- Políticas Sociais, equilíbrio entre o foco na economia e a atenção aos indivíduos e comunidades mais vulneráveis.-----

--- Desporto, aposta contínua e fortalecida do município nesta área, abrangendo todas as freguesias, uma bandeira que o seu grupo municipal tem defendido nos últimos anos.

--- Face ao exposto, anunciou que o CDS-PP votará favoravelmente o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para dois mil e dois mil e vinte e seis.-----

--- Numa nota final, dirigiu-se à intervenção do senhor deputado do Chega, manifestando dificuldade em acompanhar o nexo da exposição anterior. Classificou a intervenção como uma mistura confusa de temas e pontos desconexos, referindo que, embora tenha compreendido o sentido de voto desfavorável, considerou a argumentação apresentada incompreensível e pouco estruturada.-----

--- A senhora Deputada **Rita Correia** considerando que o foco do debate devem ser as opções políticas e não o rigor técnico do documento, ao qual nada tem a apontar.-----

--- Declarou que este não é o orçamento que a CDU apresentaria, por considerar que o mesmo carece de respostas mais eficazes em áreas fundamentais, defendendo uma maior robustez no investimento municipal destinado ao Plano Local de Habitação para fazer face à grave crise habitacional.-----

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

--- Apontou a necessidade de investimentos mais expressivos em infraestruturas fundamentais para resolver problemas prementes de mobilidade no Concelho. -----

--- Alertou para o facto de o parque escolar continuar envelhecido em todo o território, reclamando uma opção política mais ambiciosa nesta área. -----

--- Se, por um lado, saudou o investimento em equipamentos desportivos, por outro, lamentou a falta de vontade política em atribuir verbas equivalentes para a renovação dos equipamentos culturais do concelho. -----

--- Reconheceu o aumento das verbas destinadas ao tecido associativo, mas considerou que o montante ainda é insuficiente perante as necessidades reais das instituições culturais.

--- Concluiu, salientando que o voto de abstenção da CDU se justifica de forma a permitir que o executivo trabalhe e execute o plano apresentado, assegurando que exercerá um papel ativo na fiscalização e avaliação da execução orçamental deste orçamento para dois mil e vinte e seis. -----

--- O senhor Deputado **Rui Barreiro** começou por referir que, embora não tivesse planeado intervir neste ponto, sentiu necessidade de o fazer para contestar a forma como os números foram apresentados, acusando as intervenções dos deputados Jorge Rodrigues e Pedro Melo de induzirem o eleitorado em erro quanto à redução da carga fiscal sobre as famílias. -----

--- Criticou a falta de coerência na base comparativa utilizada pelo executivo, notando que, enquanto para o montante global do orçamento se utilizou a comparação direta com o ano anterior, assinalando um aumento de dez milhões de euros, na análise dos impostos omitiu-se a variação real face a dois mil e vinte e cinco. -----

--- Sublinhou que, relativamente ao IRS pago pelas famílias, a taxa mantém-se inalterada face a dois mil e vinte e cinco, pelo que a redução é nula. -----

--- Referiu que a descida da taxa de IMI de zero vírgula trezentos e sessenta e oito para zero vírgula trezentos e sessenta e sete representa uma redução marginal de apenas zero vírgula dois por cento. Salientou que o impacto financeiro desta medida, excluindo o efeito do IMI Familiar, cifra-se em apenas vinte e três euros. -----

--- Concluiu afirmando que estes valores são insuficientes e que não podem ser

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

apresentados como uma efetiva redução de impostos. No seu entender, o aumento global da receita fiscal do município justificaria uma descida real e significativa da carga fiscal, o que, na sua visão, não se verifica na presente proposta orçamental.-----

--- O senhor **Presidente da Câmara** sublinhou que o documento em apreço é um instrumento estratégico que define a visão e as prioridades do executivo para o exercício de dois mil e vinte e seis. Classificou o orçamento como ambicioso e adequado ao posicionamento de Santarém no contexto regional e nacional, atingindo um montante global de noventa e nove vírgula cinco milhões de euros. -----

--- Destacou o valor histórico de trinta e um vírgula quatro milhões de euros destinados ao investimento, o que representa um acréscimo de dez vírgula dois milhões de euros face ao orçamento de dois mil e vinte e cinco, destacando que este reforço se sustenta na execução de projetos no âmbito do Portugal dois mil e trinta, do PRR e na capacidade de financiamento bancário contratualizada pelo município ao longo dos últimos anos.

--- Realçou que o crescimento orçamental assenta em quatro pilares essenciais:-----

--- Um - Investimento e Transferências de Capital: Um aumento de três vírgula dois milhões de euros para projetos como o Pavilhão de Pernes, o Pavilhão de Amiais de Baixo, o Pavilhão de Alcanede (este com financiamento bancário) e os 'Percurso Confortáveis' no Centro Histórico. -----

--- Dois - Financiamento Bancário: Uma previsão de utilização de recursos superior a três vírgula um milhões de euros face ao ano anterior para viabilizar infraestruturas estratégicas. -----

--- Três - Orçamento do Estado: Um acréscimo de um vírgula sete milhões de euros nas transferências correntes.-----

--- Quatro - Receita Fiscal (IMT): Um aumento previsto de um vírgula um milhões de euros no IMT, confirmando a dinâmica e a atratividade do mercado imobiliário no concelho. -----

--- Salientou ainda o reforço de um vírgula um milhões de euros no investimento em recursos humanos, que considerou o principal capital do município. Terminou dirigindo um agradecimento público ao Diretor do Departamento Financeiro e respetiva equipa, à

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

sua Chefe de Gabinete e a todo o executivo municipal pelo empenho na elaboração deste documento num período atípico pós-eleitoral, reiterando que este orçamento garante o desenvolvimento, o crescimento e a qualidade de vida da população de Santarém.-----

--- No que concerne ao orçamento para dois mil e vinte e seis, foi destacada a dotação de seis vírgula quatro milhões de euros destinada às Juntas de Freguesia, o que representa um incremento de dois vírgula cinco por cento face ao ano anterior. Este aumento é extensível às transferências previstas para as associações culturais e desportivas, bem como para as três corporações de bombeiros humanitários do concelho.-----

--- Salientou que o executivo fundamentou a proposta orçamental em cinco pilares, com especial enfoque na atração de investimento privado. Foram enunciadas as seguintes prioridades: -----

--- Início do projeto de execução para a regeneração e ampliação da zona industrial, em conformidade com o novo PDM. Prevê-se que o procedimento concursal para a obra ocorra entre dois mil e vinte e sete e dois mil e vinte e oito.-----

--- Execução da requalificação da zona de Alcanede (com financiamento do Portugal 2030) e construção dos pavilhões multiusos e empresariais de Amiais de Baixo e Alcanede.-----

--- Criação de uma rubrica para aquisição de terrenos destinados a novas bolsas de desenvolvimento económico.-----

--- Continuidade do projeto "Santarém Cidade Mercado Digital" e presença em certames internacionais. -----

--- Relativamente à Saúde, reafirmou o compromisso de reabilitar onze centros de saúde.

--- A prioridade do financiamento recai sobre o PRR. Contudo, perante os prazos de execução (agosto de dois mil e vinte e seis), o Município assume o compromisso de avançar mediante capacidade de endividamento ou através da linha de financiamento do BEI (Banco Europeu de Investimento), caso o Governo concretize as soluções anunciadas no Congresso da Associação Nacional de Municípios. -----

--- Falou da articulação com o Governo para a criação de um novo centro de saúde na cidade de Santarém.-----

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

--- Referiu que o orçamento prevê ainda investimentos nas áreas da educação, habitação, desporto, cultura, proteção civil, mobilidade e economia circular, visando a valorização integrada da política pública municipal. -----

--- No âmbito das infraestruturas escolares destacou as intervenções na Escola Dr. Ginestal Machado e na EB dois/três de Alcanede; a reabertura da Escola de São Salvador (Centro Histórico) para instalação de uma creche pública, em articulação com o projeto da Moçarria, adiantando que as empreitadas para as escolas de São Bento e São Salvador deverão ser lançadas durante o ano de dois mil e vinte e seis. -----

--- Realçou o reforço da Componente de Apoio à Família, em parceria com as Juntas de Freguesia, e o alargamento das bolsas de estudo para o ensino superior. -----

--- No tocante ao Plano Local de Habitação disse que a estratégia municipal se foca na celeridade da resposta urbanística e na execução da Estratégia Local de Habitação, com destaque para as intervenções na Ribeira e no Bairro Dezasseis de Março. Salientou a colaboração com o Instituto Politécnico de Santarém para a construção de quatro residências de estudantes, projeto que visa aumentar a oferta de habitação para estudantes.

--- Destacou o investimento histórico de quinze milhões de euros para o próximo triénio, com as seguintes metas para dois mil e vinte e seis: Construção do campo na Escola Superior Agrária, ampliação do campo de Râguebi de Santarém, Cidade Desportiva, Pavilhão de Pernes e campo de Alcanede; Adjudicação da obra do campo da Ribeira, integrada na regeneração da Frente Ribeirinha; Intervenções nas Abitureiras, Tremês, e polidesportivos de Alcanhões e Casével; Elaboração dos projetos de execução para o novo Pavilhão Desportivo de Santarém e para o campo de Pernes. -----

--- Referiu a manutenção do incremento de dois virgula cinco por cento nas transferências para as associações desportivas face ao exercício de dois mil e vinte e cinco. -----

--- Anunciou para o primeiro trimestre de dois mil e vinte e seis a apresentação pública do projeto para o Teatro Rosa Damasceno, integrado na futura Casa das Artes e Cultura. O projeto prevê a articulação deste imóvel com o edifício municipal adjacente e a criação de um anfiteatro natural, em terrenos atualmente em negociação com o Montepio. -----

--- Aludiu que no âmbito do Portugal dois mil e trinta destacam-se: -----

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

- A Execução da intervenção na Igreja da Ribeira.-----
- A Confirmação da existência de concorrentes para o concurso do Lote dois, garantindo o avanço da reabilitação das muralhas. -----
- O Reforço da agenda cultural e execução dos projetos de Dinamização Territorial aprovados.-----
- Ao nível da Regeneração Urbana e Centro Histórico o orçamento reflete uma aposta na mobilidade inclusiva e na revitalização do núcleo central: -----
- Lançamento de concursos no primeiro trimestre de dois mil e vinte e seis para as ruas Capelo e Ivens e Serpa Pinto, com instalação de pavimentação adequada (lajeta) para garantir mobilidade universal.-----
- Previsão de lançamento do concurso para a empreitada do Parque Natura Tejo no segundo semestre de dois mil e vinte e seis, com financiamento comunitário assegurado.
- Implementação de um programa de aquisição, reabilitação e alienação de imóveis com o objetivo de venda a custos controlados para a classe média, com cláusulas de salvaguarda contra a especulação imobiliária. O modelo será extensível a espaços comerciais para dinamização das lojas e esplanadas no Centro Histórico. -----
- Prestou esclarecimentos sobre as fases de requalificação das entradas da cidade, referindo que a I Fase está em fase de conclusão com a criação de duas rotundas, passeios e ciclovia na Avenida Francisco Sá Carneiro até ao estabelecimento comercial Pingo Doce e futura Avenida Mário Soares. A II Fase prevê uma intervenção no troço compreendido entre o referido estabelecimento e a Rotunda do Continente.-----
- Relativamente à III fase referiu que o projeto de execução será elaborado em dois mil e vinte e seis, em articulação com a União de Freguesias da Cidade de Santarém, adiantando que a equipa técnica municipal irá trabalhar no projeto de execução da Calçada do Monte nos anos subsequentes.-----
- No âmbito da economia circular, destacou a intervenção no Mouchão dos Ingleses, sendo que o procedimento anterior ter ficado deserto, pelo que o Município irá proceder a ajustes técnicos pontuais para viabilizar o novo concurso em coordenação com a respetiva Junta de Freguesia.-----

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

--- No âmbito da Proteção Civil e Segurança Pública, prevê-se a expansão do sistema de videovigilância para os bairros do Sacapeito e de São Domingos com uma fase posterior dedicada aos estabelecimentos escolares.-----

--- Destacou o reforço do corpo de Bombeiros Sapadores com a admissão de doze novos elementos.-----

--- Aludiu que o Município se mantém disponível para colaborar com o Governo na requalificação dos edifícios da GNR e da PSP, através da celebração de um contrato-programa com a administração central.-----

--- Sublinhou que o Orçamento para dois mil e vinte e seis é um documento ambicioso e estratégico, refutando as alegações sobre a existência de cativações, esclarecendo que o documento contém previsões e dotações plurianuais, cujos cronogramas podem sofrer adaptações face a vicissitudes externas, rejeitando a crítica de que as revisões orçamentais são efetuadas de forma avulsa, prestando mais alguns esclarecimentos sobre as revisões orçamentais, esclarecendo que a vasta maioria destas alterações decorre de imperativos administrativos e exigências do Tribunal de Contas.-----

--- Salientou que a atual proposta reflete a visão e as prioridades do Executivo, destacando a qualidade técnica do documento, agradecendo à equipa do Departamento Financeiro pela sua elaboração.-----

--- Concluiu, fazendo um apelo à mobilização de todos os intervenientes, Executivo Municipal e Presidentes de Junta de Freguesia para a execução desta visão estratégica, focada na transformação e no desenvolvimento do concelho de Santarém.-----

--- O senhor Deputado Luís Batista solicitou esclarecimentos adicionais sobre a requalificação do acesso Norte, assinalando a omissão de uma "terceira fase" na intervenção anterior e questionando a data concreta para o início da II Fase (troço Pingo Doce – Rotunda do Continente). Adicionalmente, pediu o paradeiro de uma verba de um vírgula dois milhões de euros relativa a gastos municipais.-----

--- No que respeita à rede de cuidados de saúde, o questionou a estratégia do Executivo para os onze centros de saúde. Manifestou preocupação face à possibilidade de o Município abdicar do financiamento do PRR em favor de empréstimos bancários ou linhas

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

do BEI, solicitando clarificação sobre se o recurso ao endividamento significa uma desistência quanto às metas de execução do Plano de Recuperação e Resiliência. -----

--- O senhor Deputado **Luís Martins** reiterou a existência de discrepâncias nos documentos apresentados, nomeadamente quanto ao reporte de verbas executadas até dois mil e vinte quatro que não constam nos acumulados de dois mil e vinte e cinco. -----

--- Sobre a gestão de projetos, abordou o tema das derrapagens financeiras, definindo-as como o diferencial entre os montantes previstos e os executados devido a trabalhos a mais ou deficiente quantificação inicial dos projetos. Relativamente às cativações, clarificou que utiliza o termo para descrever montantes de investimento previstos para dois mil e vinte e cinco que não foram realizados, resultando na retenção de verbas não aplicadas, disponibilizando-se para realizar uma reunião técnica com o departamento financeiro para esclarecer o destino dos montantes investidos e as razões da não execução de determinadas rubricas. -----

--- O senhor **Presidente da Câmara** prestou esclarecimentos sobre o Acesso Norte, detalhando o modelo de parceria público-privada adotado. Informou que a responsabilidade do Município, fixada em um vírgula dois milhões de euros, foi dividida em três tranches, encontrando-se a última pendente da conclusão definitiva dos trabalhos. Sublinhou que este modelo evitou custos de expropriação que, por si só, ultrapassariam o valor total investido pelo erário público. Mais referiu que este processo foi acompanhado e deliberado com a participação de anteriores membros do executivo e vereadores do Partido Socialista. -----

--- Relativamente à requalificação da Avenida Francisco Sá Carneiro, clarificou a cronologia, sendo que a conclusão da I Fase está prevista para março de dois mil e vinte e seis. -----

--- No tocante à II Fase entre do Acesso Norte, entre o Pingo Doce e a Rotunda do Continente, disse que esta intervenção será realizada com investimento exclusivamente municipal, estimado em um vírgula seis milhões de euros acrescido de IVA, ressaltando que o início da empreitada em junho ou julho de dois mil e vinte e seis está condicionado à inexistência de reclamações no âmbito do concurso e à obtenção do visto do Tribunal de

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

Contas, prevendo-se a conclusão da obra no início de dois mil e vinte e sete. -----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta de **Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal do Município de Santarém para dois mil e vinte e seis**, nos termos das alíneas a) e o), do número um, do artigo vinte e cinco, do Anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido **aprovada por maioria**, com vinte e um votos a favor, quatro votos contra e dezanove abstenções. -----

--- **PONTO NOVE – PROPOSTA DE CONTRATO PROGRAMA A CELEBRAR ENTRE A VIVER SANTARÉM, DESPORTO E LAZER, EM SA E O MUNICÍPIO DE SANTARÉM PARA O ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS.**-----

--- Pela Câmara foi presente a proposta número noventa e sete/dois mil e vinte e cinco: -

--- “Dando sequência à deliberação camarária, tomada maioria, com quatro votos a favor dos senhores Presidente e Vereadores da AD – COLIGAÇÃO PSD/CDS, cinco abstenções dos senhores Vereadores do Partido Socialista e do senhor Vereador do Partido Chega, em quinze de dezembro de dois mil e vinte e cinco, cabe-me propor à Exma. Assembleia que nos termos do número cinco do artigo quarenta e sete da Lei número cinquenta/dois mil e doze, de trinta e um de agosto, aprecie e prove o **Contrato Programa a celebrar entre a Viver Santarém, Desporto e Lazer, EM SA e o Município de Santarém para o ano de dois mil e vinte e seis**, que anexo”. -----

--- O senhor Deputado **Paulo Bolrão** referiu que a Câmara Municipal apresenta já uma grande derrapagem relativamente ao Mercado Municipal, questionando como é que a Câmara atribui à Viver Santarém a exploração do Mercado Municipal e ainda suporta encargos financeiros, considerando que tal constitui um negócio de difícil explicação.

--- A senhora Deputada **Rita Correia** aludiu que a concessão do Mercado não se encontra refletida na prestação a pagar, salvo eventual lapso na leitura do documento, pelo que saudou o facto de não existir uma oneração das transferências para a Viver Santarém relativamente à gestão do Mercado Municipal. Não deixou, contudo, de manifestar preocupação quanto ao modelo de gestão escolhido para a Viver Santarém, salientando que será necessário aguardar pelo primeiro trimestre ou pelo início do ano para conhecer

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

em profundidade o modelo de gestão e de atribuição das lojas. Informou que o sentido de voto será de abstenção, com o intuito de averiguar e compreender qual a proposta da Viver Santarém para a exploração do Mercado, manifestando interesse em que o mesmo seja dinamizado com a maior brevidade possível. -----

--- Chamou a atenção do senhor Presidente da Câmara para uma questão que tem sido reiteradamente trazida a esta Assembleia pela CDU no último mandato, relacionada com a manutenção das ciclovias. Referiu que, há quatro anos, aquando do início do anterior mandato, foi informado de que os problemas existentes na ciclovia de Santarém — visíveis no pavimento — seriam resolvidos. Esclareceu que não está em causa o traçado, que considera insuficiente, mas sim a qualidade dos materiais utilizados no pavimento, relativamente aos quais foi sendo dito que estavam a ser analisadas soluções adotadas noutros municípios, de modo a evitar o reaparecimento dos mesmos problemas após reparação. Assinalou que, decorridos quatro anos, não foi realizada qualquer intervenção no pavimento da ciclovia. -----

--- Manifestou ainda apreensão relativamente ao pequeno troço de ciclovia já instalado junto da nova obra mencionada pelo Senhor Presidente, referindo que, embora ainda não o tenha testado enquanto utilizadora e as condições atmosféricas não tenham permitido uma avaliação completa, lhe parece semelhante ao já existente na cidade. Considerou, assim, que poderá não ter havido aprendizagem relativamente ao problema anteriormente assumido pela Câmara quanto aos materiais ou à composição do piso. Questionou se foi aplicado o mesmo tipo de pavimento nesta nova intervenção, alertando que, a confirmar-se, poderão surgir novamente problemas. Reiterou que o sentido de voto da CDU será de abstenção. -----

--- A senhora Deputada **Cláudia Lobo** referiu que o contrato-programa prevê transferências significativas do Município para a empresa municipal, a qual continua fortemente dependente de financiamento público. Acrescentou que os objetivos definidos são genéricos e não se encontram acompanhados de indicadores claros de desempenho ou de avaliação de resultados, pelo que o sentido de voto do Partido CHEGA será de abstenção. -----

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

--- O senhor **Presidente da Câmara** considerou incorreta a afirmação de que o documento espelha uma forte dependência de financiamento público, questionando a Senhora Deputada sobre onde fundamenta tal conclusão. Esclareceu que o montante global ascende a quatro milhões de euros, dos quais três milhões correspondem a receitas próprias, ou seja, cerca de dois terços do orçamento apresentado resultam da capacidade de gestão e de obtenção de receita própria da empresa municipal. -----

--- Sublinhou a importância de rigor na análise dos documentos, afirmando que o documento em apreciação não contempla qualquer transferência destinada à gestão do Mercado Municipal. Pelo contrário, face ao orçamento de dois mil e vinte e cinco, verifica-se uma diminuição substancial da dependência da Viver Santarém, a qual, segundo afirmou, nunca foi efetivamente dependente ao longo dos últimos anos. Reiterou que cerca de dois terços das receitas previstas são próprias e destinadas ao exercício de uma atividade de grande relevância para a população, a comunidade e o bem-estar coletivo. -----

--- Destacou a importância do investimento na atividade física, na manutenção das infraestruturas desportivas, na promoção de atividades para a população sénior de forma descentralizada nas diversas freguesias e na aprendizagem da natação pelas crianças nas infraestruturas municipais, considerando estes investimentos essenciais. Manifestou, por isso, agrado pela melhoria dos rácios de gestão evidenciados no documento e pela capacidade da Viver Santarém em criar sinergias que contribuam para a sua autossuficiência. Dirigiu ainda uma palavra de saudação ao Conselho de Administração da Viver Santarém, na pessoa do seu Presidente, pela apresentação de um documento que considerou transparente, claro e demonstrativo de uma preocupação com a qualidade de vida da população. -----

--- Dirigindo-se à senhora Deputada Rita Correia, esclareceu que, na área urbana, foi definido com os serviços técnicos que as ciclovias devem manter a mesma configuração e tipologia de pavimento, de modo a garantir uniformidade na intervenção no espaço público dentro da mesma malha urbana. Assim, até ao eixo e à intervenção recentemente realizada, o piso será uniforme. Já nas ciclovias fora da malha urbana será adotada a tipologia aplicada no acesso à Escola Superior de Saúde e à zona industrial — pavimento em

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

cimento ou betuminoso pintado a vermelho — solução que considerou mais simples de manter e mais adequada à circulação. -----

--- Informou ainda que a ciclovia de acesso à Escola da Portela seguirá esta mesma lógica: dentro da malha urbana manter-se-á o pavimento atualmente definido; fora da malha urbana será utilizada a tipologia referida para a zona industrial. -----

--- O senhor Deputado **Paulo Bolrão** referiu que consta na página cento e vinte e oito, o montante de trezentos e dez mil euros relativo ao contrato-programa do Mercado Municipal, salientando que o Mercado Municipal já custou para os Escalabitanos uma derrapagem significativa. -----

--- A senhora Deputada **Cláudia Lobo** afirmou que a dependência de financiamento público se evidencia pelo facto de o projeto constar apenas como despesa financiada por RGRP, sem qualquer receita própria associada. -----

--- O senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que o valor inscrito relativo ao Mercado Municipal para o exercício de dois mil e vinte e cinco se justifica pela necessidade de a empresa municipal dispor de recursos para iniciar a exploração daquele espaço, conforme deliberado pelo Executivo do mandato anterior, que concordou que a Viver Santarém teria de proceder a investimentos iniciais, designadamente em limpeza, segurança e pequenas intervenções de arranjo. -----

--- Referiu que esse trabalho foi realizado em dois mil e vinte e cinco, reiterando ainda que cerca de dois terços das receitas previstas pela Viver Santarém não dizem respeito ao contrato-programa, mas sim à sua atividade própria, resultante da prestação de serviços e de outras respostas disponibilizadas à comunidade e à população. -----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Contrato Programa a celebrar entre a Viver Santarém, Desporto e Lazer, EM SA e o Município de Santarém para o ano de dois mil e vinte e seis**, nos termos do número cinco do artigo quarenta e sete da Lei número cinquenta/dois mil e doze, de trinta e um de agosto, tendo sido deliberado **aprovar por maioria**, com vinte votos a favor, zero votos contra e vinte e quatro abstenções. -----

--- O senhor Deputado **Rui Barreiro** efetuou a seguinte declaração de voto: “O Partido

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

Socialista absteve-se no presente ponto. Não obstante, considero importante salientar que a Viver Santarém não subsiste exclusivamente das suas receitas próprias e da atividade prevista no contrato-programa. Referiu que os contratos “in house” representam um acréscimo de cerca de setecentos mil euros anuais, valor que se revela essencial para o bom funcionamento da empresa municipal. Assim, existe uma relação de complementaridade entre a Câmara Municipal e a Viver Santarém, não se esgotando essa ligação no contrato-programa agora votado, sendo a Câmara também parte fundamental no suporte à atividade da empresa municipal”. -----

--- PONTO DEZ – PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO DA TARIFA DO SERVIÇO DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS PARA O ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS. -----

--- Pela Câmara foi presente a Proposta número noventa e seis/dois mil e vinte e cinco: -
--- “Dando sequência à deliberação camarária, tomada maioria, com quatro votos a favor dos senhores Presidente e Vereadores da AD – COLIGAÇÃO PSD/CDS, cinco abstenções dos senhores Vereadores do Partido Socialista e do Partido CHEGA, em quinze de dezembro de vinte e cinco, **cabe-me propor à Exma. Assembleia Municipal de Santarém que**, nos termos das disposições conjugadas da alínea ccc) do artigo trinta e três e alínea c) do número um do artigo vinte e cinco ambas do Anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, aprove a proposta de atualização do Tarifário do Serviço e Gestão de Resíduos Urbanos para o ano dois mil e vinte e seis, com os fundamentos expressos na informação da Secção de Contabilidade, que se anexa”. -----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de atualização do tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos para o ano de dois mil e vinte e seis**, nos termos da alínea c), do número um, do artigo vinte e cinco, do Anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido **aprovada por maioria**, com vinte e quatro votos a favor, zero votos contra e vinte abstenções.-----

--- PONTO ONZE – PROPOSTA DE APOIOS FINANCEIROS ÀS FREGUESIAS.

--- Pela Câmara foi presente a proposta número oitenta e oito/dois mil e vinte e cinco:---

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

- “Considerando que:-----
- I. Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, estabeleceu e aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico; -----
- II. Constituem atribuições dos municípios a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias (artigo vinte e três, número um do anexo I da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro); -----
- III. Apesar da sua autonomia institucional, as freguesias e os municípios, atendendo que coincidem no mesmo território, assumem uma complementaridade funcional relativamente à prossecução dos interesses próprios das suas populações; -----
- IV. As freguesias dispõem igualmente de atribuições e competências em domínios bastante diversificados na promoção e salvaguarda dos interesses das respetivas populações e têm uma especial relação de proximidade com os cidadãos o que lhes confere uma posição privilegiada; -----
- V. Como elementos importantes da organização administrativa do Estado, dada a sua proximidade com os cidadãos e o profundo conhecimento das realidades e dinâmicas do seu quotidiano, as freguesias funcionam como um elo incentivador essencial e decisivo na prossecução dos interesses das respetivas populações; -----
- VI. É inegável que, a par dessa posição privilegiada, as freguesias de pequena dimensão, dispõem de meios bastante escassos, que muito dificultam o prosseguimento das suas atribuições bem como o exercício das suas competências próprias; -----
- VII. A Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, veio reforçar, significativamente, as competências das freguesias em matérias como: a conservação de abrigos de passageiros existentes na freguesia; gerir, conservar e promover a limpeza de balneários, lavadouros e sanitários públicos; gerir e manter parques infantis públicos e equipamentos desportivos de âmbito local; colocar e manter as placas toponímicas;

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

conservar e reparar a sinalização vertical não iluminada instalada nas vias municipais; proceder à manutenção e conservação de caminhos, arruamentos e pavimentos pedonais; proceder à construção de equipamentos (abrigos de passageiros, lavadouros, balneários, chafarizes, parques infantis e desportivos, cemitérios) quando se destinem a integrar o respetivo património, entre outras. -----

--- VIII. Face a tal situação, considera-se de toda a justiça e superior interesse para a população do município que as freguesias sejam apoiadas no desenvolvimento das suas atribuições; -----

--- IX. Reconhecendo a importância da atuação das Freguesias do Concelho, o Município de Santarém, não pode deixar de as apoiar, inclusive através da comparticipação de despesas que decorrem das suas atribuições e competências próprias, que se revelem investimentos mais avultados, mas que são importantes na promoção e salvaguarda dos interesses das populações, com significada intervenção comunitária nas áreas do desenvolvimento e equipamento rural e urbano, cultura, educação, desporto, ação social, cuidados primários de saúde e proteção civil (artigo sete do anexo I da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro); -----

--- X. É de importância estratégica fomentar a cooperação entre o município e as freguesias, para a prossecução de investimentos que promovam a qualidade de vida das populações, em particular as que residem no meio rural do Concelho. -----

--- XI. O apoio do município às freguesias é determinante para a concretização dos investimentos nos seus territórios. -----

--- XII. Os valores dos apoios aqui em causa estão incluídos nas GOP municipais afetas às transferências de capital para as freguesias e devidamente cabimentados; -----

--- XIII. Encontram-se cumpridos os requisitos estabelecidos na Lei número oito/dois mil e doze de vinte e um de fevereiro - Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), na sua redação atual, conforme fichas de compromisso anexas aos respetivos processos; -----

Assim, dando sequência à deliberação camarária tomada, por unanimidade, a quinze de dezembro de dois mil e vinte e cinco, **cabe-me propor à Exma. Assembleia Municipal**

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

de Santarém, que ao abrigo da sua competência prevista na alínea j) do número um do artigo vinte e cinco do Anexo I da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, **autorize que sejam concedidos os seguintes apoios financeiros:** -----

➤ **Freguesia de Alcanede** -----

--- ✓ Adaptação de antigo Centro de Saúde a Casa Mortuária (Auto de medição número seis e respetiva faturação) – quinze mil oitocentos e oitenta e três euros e quarenta e sete cêntimos (15.883,47 €); -----

--- ✓ Pavimentação de Arruamentos Diversos dois mil e vinte e quatro (Auto número um e respetiva faturação) – noventa e dois mil euros quinhentos e quarenta e dois euros e vinte e quatro cêntimos (92.542,24 €);-----

--- ✓ Aquisição de material elétrico para iluminação do campo de futebol – oitenta e seis mil duzentos e cinco euros e treze cêntimos (86.205,13 €);-----

➤ **Freguesia de Alcanhões** -----

✓ Elaboração de projeto de execução de especialidades na intervenção no Polidesportivo – cinco mil novecentos e quatro euros (5.904,00 €);-----

➤ **Freguesia de Almoester** -----

--- ✓ Reabilitação de Arruamentos, Rua Santa Clara, Rua da Achada, Rua da Fonte Sã, Rua do Farol e Rua Capitão Salgueiro Maia – cento e vinte mil seiscentos e cinquenta e cinco euros e vinte e oito cêntimos (120.655,28 €);-----

--- ✓ Adaptação do Edifício da Junta de Freguesia para implementação do Espaço Cidadão (Auto número um e respetiva faturação) – quinze mil novecentos e quarenta euros e vinte e um cêntimos (15.940,21 €); -----

➤ **Freguesia de Vale de Santarém** -----

--- ✓ Elaboração de projeto de execução para empreitada “Alteração da Fachada Principal do Edifício da J. Freguesia” – dois mil setecentos e sessenta e sete euros e cinquenta cêntimos (2.767,50 €); -----

➤ **União de Freguesias de Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém** -----

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

--- ✓ Construção de Ossários no Cemitério de Achete – quinze mil setecentos e setenta e dois euros e oitenta cêntimos (15.772,80 €); -----

--- ✓ Construção de muro de suporte de terras - Arneiro dos Borrachos – dez mil quinhentos e noventa e quatro euros e setenta cêntimos (10.594,70 €); -----

--- ✓ Requalificação da Rua da Mina - Fonte da Pedra – dez mil quinhentos e oitenta e quatro euros e dez cêntimos (10.584,10 €); -----

➤ **União de Freguesias de Azoia de Cima e Tremês** -----

--- ✓ Asfaltamento do Parque estacionamento entre o edifício Amicaioza e o edifício da Junta de Freguesia de Azoia de Cima – dez mil quinhentos e quinze euros e vinte cêntimos (10.515,20 €); -----

➤ **União de Freguesias da Cidade de Santarém** -----

--- ✓ Requalificação da Rua Marquês de Abrantes (Auto número três e respetiva fatura) – dezasseis mil cento e quarenta e três euros e setenta e oito euros (16.143,78 €); -----

--- ✓ Fornecimento e Montagem de Luminárias da EB/JI da Ribeira de Santarém – seis mil quinhentos e setenta e nove e setenta e três cêntimos (6.579,73 €); -----

--- ✓ Beneficiação de escolas da Freguesia: Jardim de Infância do Choupal, Jardim de Infância da Anacoreta, Escola dos Combatentes e Escola EB1 número seis do Mergulhão – trinta mil trezentos e dezassete euros e vinte e sete cêntimos (30.317,27 €); -----

➤ **União de Freguesias de Romeira e Várzea** -----

--- ✓ Arruamentos Casais São Brás – vinte e oito mil oitocentos e trinta e dois euros e trinta e dois cêntimos (28.832,32 €); -----

--- ✓ Fornecimento e instalação dos equipamentos e superfície de amortecimento no Parque Infantil da Romeira – doze mil novecentos e noventa e quatro euros e noventa e cinco cêntimos (12.994,95 €); -----

--- ✓ Construção de base para implementação de equipamento para Parque Infantil no terreno envolvente ao Polidesportivo da Romeira – cinco mil e setenta e sete euros e quarenta cêntimos (5.077,40 €); -----

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

--- ✓ Diversas Drenagens e Arruamentos (Autos de Medição números um e três e respectivas faturas) – noventa e oito mil e setenta e nove euros e dezassete cêntimos (98.079,17 €)”. -----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Apoios Financeiros às Freguesias**, nos termos da alínea j) do número um do artigo vinte e cinco do Anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido deliberado **aprovar por maioria**, com trinta votos e cinco a favor, quatro votos contra e uma abstenção. -----

--- **PONTO DOZE – PROPOSTA APOIO ÀS FREGUESIAS NO ÂMBITO DO APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DOIS MIL E VINTE E CINCO/DOIS MIL E VINTE E SEIS – ACERTOS.** -----

--- Pela Câmara foi presente a Proposta número noventa e nove/dois mil e vinte e cinco:

--- “Dando sequência à deliberação camarária tomada, por unanimidade, na reunião ordinária do Executivo Municipal realizada em quinze de dezembro de dois mil e vinte e cinco, **cabe-me propor à Exma. Assembleia Municipal de Santarém**, nos termos da alínea j), do número um, do artigo vinte e cinco, do Anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, autorize a **transferência de verbas para as Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesias relativas aos acertos de Transportes Escolares para o ano letivo dois mil e vinte e cinco/dois mil e vinte e seis**, devidamente identificadas na informação número trinta e seis mil quinhentos e noventa e dois, de doze de novembro de dois mil e vinte e cinco, da Divisão de Educação e Juventude, que se anexa”. -----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta Apoio às freguesias no âmbito do apoio ao transporte escolar para o ano letivo dois mil e vinte e cinco/dois mil e vinte e seis - Acertos**, nos termos da alínea j), do número um, do artigo vinte e cinco, do Anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido **aprovada por unanimidade.** -----

--- **PONTO TREZE – PROPOSTA DE ENCARGOS COM CEDÊNCIA DE ESPAÇOS – UNIÃO DE FREGUESIAS – ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS.-**

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

--- Pela Câmara foi presente a Proposta número noventa e oito/dois mil e vinte e cinco: -

--- “Dando sequência à deliberação camarária tomada, por unanimidade, em quinze de dezembro de dois mil e vinte e cinco, **cabe-me propor à Exma. Assembleia Municipal de Santarém que delibere**, que nos termos da alínea j) do número um, do artigo vinte e cinco, do Anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, **aprovar a transferência de verbas, no valor total de oito mil euros, designadamente, para a Junta de Freguesia de São Vicente do Paúl (dois mil euros), União de Freguesias de Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém (quatro mil euros) e União de Freguesias de Casével e Vaqueiros (dois mil euros), referentes à cedência de espaços para funcionamento de estabelecimentos de ensino e serviços de apoio à família, nomeadamente fornecimento de refeições e atividades, durante o ano de dois mil e vinte e seis**, para compensação dos consumos decorrentes da utilização dos espaços com água, eletricidade e limpeza dos edifícios, de acordo com informação número vinte e cinco mil quinhentos e setenta e quatro de julho de dois mil e vinte e cinco da Divisão de Educação e Juventude, que anexo”.

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Encargos com Cedência de Espaços – União de Freguesias – ano de dois mil e vinte e seis**, nos termos da alínea j), do número um, do artigo vinte e cinco, do Anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido **aprovada por unanimidade**.

--- **PONTO CATORZE – PROPOSTA DE REVOGAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE COOPERAÇÃO, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTARÉM E A FREGUESIA DE PÓVOA DA ISENTA - OBRA: PARQUE URBANO DA PÓVOA DA ISENTA - PI PARQUE.**

--- Pela Câmara foi presente a Proposta número oitenta e nove/dois mil e vinte e cinco: -

--- “Considerando que: -----

--- a) Em vinte e oito de abril de dois mil e vinte e cinco foi celebrado Contrato Interadministrativo de Cooperação (CIA) entre o Município de Santarém e a Freguesia de Póvoa da Isenta para a construção do Parque Urbano da Póvoa da Isenta – PI Parque, na

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

sequência da aprovação da sua minuta pelos órgãos deliberativos da Freguesia (vinte e dois de abril de dois mil e vinte e cinco) e do Município (vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e cinco);-----

--- b) A Junta de Freguesia da Póvoa da Isenta, através do seu ofício número trinta e três/dois mil e vinte e cinco de onze de novembro, solicita a revogação do Contrato Interadministrativo de Cooperação, acima mencionado, para reafecção da verba em intervenções de caráter urgente; -----

--- c) A reafecção da verba será para intervenções de caráter de urgente sendo elas:----

--- i. Requalificação do Posto Médico;-----

--- ii. Melhoramento da Zona envolvente da Escola EB1 da Póvoa da Isenta;-----

--- d) A cláusula dezassete do Contrato celebrado estatui que as partes outorgantes podem, por mútuo acordo, revogar o contrato, devendo, no entanto, a revogação obedecer à forma escrita. -----

--- e) Incumbe à Assembleia de Freguesia, sob proposta da Junta de Freguesia, nos termos da alínea g) do número um, do artigo nove, do Anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, autorizar a revogação de contratos de delegação de competências entre a câmara municipal e a junta de freguesia; -----

--- f) Incumbe à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea k) do número um, do artigo vinte e cinco, do Anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, autorizar a revogação de contratos de delegação de competências; -----

--- Assim, dando sequência à deliberação camarária, tomada por unanimidade, em quinze de dezembro, cabe-me propor à Exma. Assembleia Municipal de Santarém, que nos termos da alínea k) do número um, do artigo vinte e cinco, do Anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, aprove a revogação do: -----

--- *Contrato Interadministrativo de Cooperação, celebrado entre o Município de Santarém e a Freguesia de Póvoa da Isenta para a obra do Parque Urbano da Póvoa da Isenta – Pi Parque, em vinte e oito de abril de dois mil e vinte e cinco;-----

--- *A minuta de acordo de revogação do referido contrato a assinar por ambas as partes,

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

que se anexa”.-----

--- O senhor Presidente da Junta, **Fernando Vítor**, informou que o Executivo solicitou a revogação do contrato interadministrativo, na sequência de uma análise às prioridades definidas para a freguesia nos próximos quatro anos.-----

--- Referiu que a Póvoa da Isenta enfrenta uma significativa carência de estacionamento, situação que tem prejudicado o comércio local, agravada por ações de fiscalização que dificultam paragens e levam à aplicação de coimas. Recordou que esta preocupação foi identificada no início do mandato, considerando que, embora o projeto em vigor esteja tecnicamente bem elaborado, não responde às necessidades atuais da freguesia.

--- Acrescentou que o edifício da Junta, onde funciona também o Centro de Saúde, apresenta infiltrações graves, problemas de humidade e bolor, não reunindo condições adequadas.-----

--- Após reunião do Executivo e apresentação à Assembleia de Freguesia, foi deliberado propor a revogação do projeto inicial, visando a criação de um parque de estacionamento que sirva igualmente a escola, a qual conta atualmente com 42 alunos, existindo preocupações acrescidas de segurança devido à proximidade de uma estrada movimentada.-----

--- Concluiu que a Junta não pretende solicitar verbas adicionais nem realizar nova obra, mas apenas alterar o projeto aprovado, adequando-o às necessidades atuais da freguesia.

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Revogação do Contrato Interadministrativo de Cooperação, celebrado entre o Município de Santarém e a Freguesia de Póvoa da Isenta - Obra: Parque Urbano da Póvoa da Isenta – PI Parque**, nos termos da alínea k), do número um, do artigo vinte e cinco, do Anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido **aprovada por unanimidade**.-----

--- **PONTO QUINZE – PROPOSTA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO (CIA) ESPECÍFICO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTARÉM E A UNIÃO DE FREGUESIAS DA CIDADE DE SANTARÉM EM SETE DE JANEIRO**

DE DOIS MIL E VINTE E CINCO - OBRA: “REQUALIFICAÇÃO DA ESTRADA DA CARREIRA TIRO – FASE I”. -----

--- Pela Câmara foi presente a Proposta número oitenta e seis/dois mil e vinte e cinco: --

--- “Dando sequência à deliberação camarária, tomada por unanimidade, em dez de dezembro de dois mil e vinte e cinco, cabe-me propor à Exma. Assembleia Municipal de Santarém nos termos do disposto na alínea k) do número dois do artigo vinte e cinco da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, aprecie a Execução do Contrato Interadministrativo (CIA) Específico de Delegação de Competências celebrado entre o Município de Santarém e a União de Freguesias da Cidade de Santarém em sete de janeiro de dois mil e vinte e cinco - Obra: “Requalificação da Estrada da Carreira Tiro – Fase I”, que anexo”. -----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Execução do Contrato Interadministrativo (CIA) Específico de Delegação de Competências celebrado entre o Município de Santarém e a União de Freguesias da Cidade de Santarém em sete de janeiro de dois mil e vinte e cinco - Obra: “Requalificação da Estrada da Carreira Tiro – Fase I”,** nos termos da alínea k), do número um, do artigo vinte e cinco, do Anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido **aprovada por unanimidade.** -----

--- **PONTO DEZASSEIS – PROPOSTA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO (CIA) ESPECÍFICO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTARÉM E A FREGUESIA DA MOÇARRIA EM DOIS DE JULHO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO - OBRA: “ALTERAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ESCOLA BÁSICA PARA INCLUSÃO DO JARDIM DE INFÂNCIA”.** -----

--- Pela Câmara foi presente a Proposta número oitenta e sete/dois mil e vinte e cinco: --

--- “Dando sequência à deliberação camarária, tomada por unanimidade, em dez de dezembro de dois mil e vinte e cinco, cabe-me propor à Exma. Assembleia Municipal de Santarém nos termos do disposto na alínea k) do número dois do artigo vinte e cinco da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, **aprecie a Execução do**

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

Contrato Interadministrativo (CIA) Específico de Delegação de Competências celebrado entre o Município de Santarém e a Freguesia da Moçarria em dois de julho de dois mil e vinte e cinco - Obra: “Alteração do edifício da Escola Básica para inclusão do Jardim de Infância”, que anexo”.-----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Execução do Contrato Interadministrativo (CIA) Específico de Delegação de Competências celebrado entre o Município de Santarém e a Freguesia da Moçarria em dois de julho de dois mil e vinte e cinco - Obra: “Alteração do edifício da Escola Básica para inclusão do Jardim de Infância”,** nos termos da alínea k), do número um, do artigo vinte e cinco, do Anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido **aprovada por unanimidade.** -----

--- **PONTO DEZASSETE – PROPOSTA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO (CIA) ESPECÍFICO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTARÉM E A UNIÃO DE FREGUESIAS DA CIDADE DE SANTARÉM EM VINTE E CINCO DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO - OBRA: “REQUALIFICAÇÃO DA ESTRADA DA CARREIRA TIRO – FASE II”.**-----

--- Pela Câmara foi presente a Proposta número oitenta e seis/dois mil e vinte e cinco:---
--- “Dando sequência à deliberação camarária, tomada por unanimidade, em dez de dezembro de dois mil e vinte e cinco, cabe-me propor à Exma. Assembleia Municipal de Santarém nos termos do disposto na alínea k) do número dois do artigo vinte e cinco da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, aprecie a Execução do Contrato Interadministrativo (CIA) Específico de Delegação de Competências celebrado entre o Município de Santarém e a União de Freguesias da Cidade de Santarém em vinte e cinco de março de dois mil e vinte e cinco - Obra: “Requalificação da Estrada da Carreira Tiro – Fase II”, que anexo”. -----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Execução do Contrato Interadministrativo (CIA) Específico de Delegação de Competências celebrado entre o Município de Santarém e a União de**

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

Freguesias da Cidade de Santarém em vinte e cinco de março de dois mil e vinte e cinco - Obra: “Requalificação da Estrada da Carreira Tiro – Fase II”, nos termos da alínea k), do número um, do artigo vinte e cinco, do Anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido **aprovada por unanimidade. ---**

--- PONTO DEZOITO – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE “VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES, APRESENTADAS NOS TERMOS DO ARTIGO QUARENTA E SEIS DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM. -----

--- Pelo senhor Deputado **Pedro Melo**, da bancada do CDS-PP, foi apresentada a seguinte **Moção “Saudar o Vinte e Cinco de Novembro de Setenta e Cinco: Um gesto democrático relevante”:** -----

--- “Considerando que: -----

--- O vinte e cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro trouxe a inevitável mudança de regime, permitindo que Portugal e os Portugueses passassem a viver num clima de liberdade e em democracia, democracia esta, contudo, que somente foi consolidada com o vinte e cinco de Novembro de mil novecentos e setenta e cinco;

--- Esquecer o vinte e cinco de Novembro de mil novecentos e setenta e cinco, significaria, por isso, reescrever a história de há 50 anos, distratando quem contribuiu para a criação de um Estado de Direito e, mais, de um Estado de Direitos Fundamentais, e, por conseguinte, sacrificar o melhor do vinte e cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro, -----

--- Proponho, com base no disposto no artigo quarenta e seis, número um, do Regimento desta Assembleia, que a Assembleia Municipal de Santarém, reunida a vinte e dois de Dezembro de dois mil e vinte e cinco, aprove a seguinte moção:-----

--- Saudar o vinte e cinco de Novembro de mil novecentos e setenta e cinco, enquanto data marcante no processo de construção da democracia em Portugal e, conseqüentemente, do nosso Estado de Direito.” -----

--- A senhora Deputada **Rita Correia** manifestou discordância relativamente à equiparação entre o Vinte e Cinco de Abril e o Vinte e Cinco de Novembro, considerando que a moção em apreciação estabelece uma comparação inadequada entre datas distintas.

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

Defendeu que a democracia já se encontrava em curso antes do Vinte e Cinco de Novembro, recordando a realização das eleições para a Assembleia Constituinte e a aprovação da Constituição. Sustentou que tem existido uma tentativa de reinterpretação histórica que, no seu entender, visa desvalorizar o Vinte e Cinco de Abril e as suas conquistas, concluindo que votaria contra a moção. -----

--- O senhor Deputado **José Magalhães** declarou tratar-se de uma declaração de voto, anunciando o seu voto favorável. Referiu que a moção constitui apenas uma saudação ao Vinte e Cinco de Novembro, sem o colocar ao mesmo nível do Vinte e Cinco de Abril, defendendo que essa data contribuiu para a consolidação da democracia e da legalidade.

O senhor Deputado **Joaquim Neto** reiterou a sua posição anteriormente assumida, esclarecendo que a moção não equipara as duas datas históricas. Considerou o Vinte e Cinco de Novembro uma data relevante e informou que o Partido Socialista votaria favoravelmente.-----

--- O senhor Deputado **Pedro Melo** declarou subscrever as intervenções anteriores favoráveis à moção, considerando respondidas as críticas apresentadas, e manifestou disponibilidade para que, no futuro, a moção pudesse ser apresentada por outro deputado.

--- A senhora Deputada **Rita Correia** voltou a intervir para esclarecer que, no seu entendimento, a moção não é neutra, inserindo-se numa estratégia de valorização do Vinte e Cinco de Novembro em detrimento do Vinte e Cinco de Abril. Reafirmou a sua posição crítica quanto à leitura histórica subjacente e manteve o sentido de voto contra. -----

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Moção** em epígrafe, tendo sido **aprovada por maioria**, com quarenta e três votos a favor, um voto contra e zero abstenções. -----

--- Pela senhora **Cláudia Lobo**, da bancada do Partido CHEGA, foram apresentadas as seguintes **Recomendações**:-----

--- **“Auditoria Externa Independente às Contas Municipais – -----**

--- A transparência, o rigor financeiro e a boa gestão dos recursos públicos constituem princípios estruturantes da administração pública local e pressupostos essenciais da confiança dos munícipes nas instituições democráticas. Considerando a dimensão, a

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

complexidade e o impacto das decisões financeiras tomadas ao longo do mandato autárquico dois mil e vinte e um / dois mil e vinte e cinco, nomeadamente em matéria de execução orçamental, endividamento e contratação pública, entende-se pertinente reforçar os mecanismos de fiscalização e escrutínio externo da atividade municipal. Acresce que, apesar de em momentos anteriores terem sido apresentadas propostas no sentido da realização de auditorias externas, nunca foi concretizada uma auditoria externa independente, abrangente e efetivamente realizada às contas municipais relativas ao referido mandato. -----

--- Resolução:-----

--- Assim, os eleitos do Grupo Municipal do CHEGA propõem que a Assembleia Municipal de Santarém delibere recomendar à Câmara Municipal de Santarém a contratação de uma Auditoria Externa Independente às contas municipais referentes ao mandato dois mil e vinte e um / dois mil e vinte e cinco, abrangendo, designadamente, a execução orçamental, o endividamento e a contratação pública, devendo os respetivos resultados ser tornados públicos.” -----

--- **“Criação de Comissão de Acompanhamento da Auditoria Externa às Contas Municipais – Mandato dois mil e vinte e um / dois mil e vinte e cinco – -----**

--- Considerando a proposta de recomendação relativa à realização de uma Auditoria Externa Independente às contas municipais do mandato dois mil e vinte e um / dois mil e vinte e cinco, entende-se necessário assegurar o acompanhamento institucional do respetivo processo. A criação de uma Comissão de Acompanhamento permitirá garantir o cumprimento do âmbito, dos prazos e dos objetivos da auditoria, bem como a divulgação pública do respetivo relatório final, sem prejuízo da independência técnica da entidade auditora. -----

--- Resolução:-----

--- Assim, os eleitos do Grupo Municipal do CHEGA propõem que a Assembleia Municipal de Santarém delibere recomendar à Câmara Municipal de Santarém a criação de uma Comissão de Acompanhamento da Auditoria Externa, a constituir no seio da Assembleia Municipal, com representação proporcional dos grupos municipais, destinada

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

a acompanhar os trabalhos da auditoria e a assegurar a publicitação dos seus resultados.”

--- O senhor Deputado **Jorge Rodrigues** informou que a bancada do PSD votará contra a proposta de auditoria, considerando que a mesma não apresenta factos concretos nem suspeitas fundamentadas, configurando-se, no seu entendimento, como uma iniciativa de natureza política destinada a lançar suspeições sobre funcionários e sobre o Executivo. Sublinhou que existem já diversos mecanismos de fiscalização das contas municipais, designadamente pela Assembleia Municipal, Inspeção-Geral de Finanças, Tribunal de Contas, Ministério Público, bem como certificação por revisor oficial de contas e instrumentos internos de controlo e prevenção de riscos de corrupção. -----

--- O senhor Deputado **Vítor Borges da Costa** esclareceu que o CHEGA votou contra o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas por considerar que o mesmo não constitui um instrumento eficaz de combate à corrupção. Referiu ainda dúvidas quanto à clareza do orçamento e defendeu a necessidade de auditoria externa às contas.-----

--- A senhora Deputada **Beatriz Martins** corroborou a posição do PSD, afirmando que o referido Plano contém diversas recomendações preventivas e que as contas do Município já são objeto de fiscalização externa e certificação legal. Considerou não se justificar uma auditoria adicional, atendendo aos custos e aos mecanismos de controlo existentes, classificando ainda como incoerente a segunda moção apresentada sobre o mesmo tema. Reiterou o voto contra ambas as propostas. -----

--- O senhor Deputado **Vítor de Jesus** declarou que o CDS votará igualmente contra a moção, subscrevendo os argumentos apresentados pelo PSD e entendendo que os fundamentos invocados não justificam a realização de auditoria. -----

--- Por fim, o senhor Deputado **Vítor Borges da Costa** esclareceu que a questão em discussão se prende com a auditoria às contas e não com a incompreensão do orçamento, considerando existir contradição entre reconhecer dificuldades na sua leitura e rejeitar a realização de auditoria. -----

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a **Recomendação “Auditoria Externa Independente às Contas Municipais”**, a votação

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

tendo sido **rejeitada por maioria**, com quarenta votos contra, quatro votos a favor e zero abstenções, tendo a **Recomendação “Criação de Comissão de Acompanhamento da Auditoria Externa às Contas Municipais – Mandato dois mil e vinte e um / dois mil e vinte e cinco”**, ficado prejudicada em face da rejeição da anterior moção. -----

--- Pelo senhor **Paulo Bolrão**, da bancada do Partido CHEGA, foi apresentada a seguinte **Recomendação**:-----

--- **“Criação de Comissão de Acompanhamento das Intervenções no Centro Histórico de Santarém - Orçamento Municipal dois mil e vinte e seis – -----**

--- Considerando que o Orçamento Municipal para dois mil e vinte e seis contempla diversas rubricas e investimentos associados à reabilitação, valorização e intervenção no Centro Histórico de Santarém, área de elevada relevância patrimonial, social, económica e urbanística para o concelho;-----

--- Considerando que as intervenções no Centro Histórico exigem uma abordagem integrada, planeada e devidamente acompanhada, atendendo ao impacto direto sobre residentes, comerciantes, património edificado e dinâmica urbana; -----

--- Considerando ainda a necessidade de assegurar transparência, acompanhamento institucional e adequada articulação entre os diferentes projetos, fases de execução e entidades envolvidas, entende-se pertinente reforçar os mecanismos de acompanhamento político das intervenções previstas.-----

--- **Resolução**:-----

--- Assim, os eleitos do Grupo Municipal do CHEGA propõem que a Assembleia Municipal de Santarém delibere recomendar à Câmara Municipal de Santarém a criação de uma Comissão de Acompanhamento das Intervenções no Centro Histórico, a constituir no seio da Assembleia Municipal, com representação proporcional dos grupos municipais e representantes dos comerciantes através das ACES, destinada a acompanhar a execução das intervenções previstas no âmbito do Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano para dois mil e vinte e seis, bem como a promover a informação e acompanhamento regular do respetivo desenvolvimento.”

--- O senhor Deputado **Pedro Melo** informou que a Bancada do CDS-PP votará contra a

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

proposta, por entender que a sua aprovação poderia conduzir, em termos práticos, à criação de comissões de acompanhamento para cada área de intervenção do executivo municipal. Salientou que a Assembleia Municipal não dispõe das mesmas competências nem da estrutura da Assembleia da República, competindo-lhe fiscalizar a atividade do executivo em plenário, nos termos legais. Considerou que a criação de comissões setoriais adicionais seria desnecessária, potenciadora de maior burocracia e eventualmente geradora de custos acrescidos. Concluiu que a proposta não se justifica, motivo pelo qual o CDS-PP votará contra.-----

--- O senhor Deputado **Jorge Rodrigues** declarou acompanhar a intervenção anterior e informou que a Bancada do PSD votará igualmente contra a proposta, por considerar que a Assembleia Municipal já dispõe dos instrumentos necessários para exercer a sua função fiscalizadora relativamente a todas as áreas de atuação do executivo.-----

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a **Recomendação “Criação de Comissão de Acompanhamento das Intervenções no Centro Histórico de Santarém - Orçamento Municipal dois mil e vinte e seis”**, a votação tendo sido **rejeitada por maioria**, com quarenta votos contra, quatro votos a favor e zero abstenções. -----

--- Pela senhora **Rita Correia**, da CDU, foi apresentada a seguinte **Moção “Pela Requalificação e Dignificação da Biblioteca Municipal Braamcamp Freire e da Sala de Leitura Bernardo Santareno - Pela Promoção do Livro e da Leitura”**:-----

--- “A cultura constitui um direito fundamental dos cidadãos. O acesso à cultura deve integrar, de forma inequívoca, as funções sociais dos municípios. Para a efetivação desse direito, é essencial a existência de equipamentos culturais condignos, eficientes e aptos a diferentes tipos de utilização de âmbito cultural. -----

--- No concelho de Santarém, capital de distrito, temos, contudo, assistido, ao longo dos anos, a um gradual e acentuado desinvestimento na manutenção dos equipamentos culturais geridos pelo Município. -----

--- São disso exemplo flagrante os edifícios que acolhem a Biblioteca Municipal Braamcamp Freire e a Sala de Leitura Bernardo Santareno, em avançado estado de

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

degradação: -----

--- A falta de condições dos depósitos de acervos literários e periódicos, bem como o ambiente insalubre a que estão sujeitos quer os funcionários municipais, quer os munícipes que frequentam estes espaços, evidenciam uma total desresponsabilização e desrespeito por parte do Município de Santarém.-----

--- Ao Município cabe zelar pelas boas condições dos equipamentos culturais e promover e divulgar projetos de promoção do livro e da leitura. -----

--- Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Santarém, reunida a vinte e dois de dezembro de dois mil e vinte e cinco, delibera:-----

--- -Instar o Município de Santarém a priorizar as obras de requalificação do edifício que acolhe a Biblioteca Municipal Braamcamp Freire, transformando-o num equipamento cultural renovado, mais dinâmico e atrativo. -----

--- -Recomendar ao Município de Santarém a reavaliação do contrato de cedência do edifício do antigo ginásio do Seminário, onde funciona a Sala de Leitura Bernardo Santareno, em condições muito precárias, sem a devida acessibilidade e dignidade que os trabalhadores e a população merecem. Simultaneamente, analisar espaços municipais alternativos que possam acolher este equipamento. -----

--- -Promover e estimular projetos de incentivo à leitura, nomeadamente através de parcerias com os agrupamentos de escolas do concelho, como parte integrante da oferta educativa do Município, particularmente junto dos alunos do pré-escolar e primeiro ciclo.”

--- Dada a ausência de intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a **Moção** em epígrafe, a votação tendo sido **aprovada por maioria**, com vinte e quatro votos a favor, vinte votos contra e zero abstenções.-----

--- Pela senhora **Rita Correia**, da CDU, foi apresentada a seguinte **Moção “Pela Requalificação da Ponte da Panela e Pela Segurança e Mobilidade das Populações”**:

--- “A segurança das infraestruturas rodoviárias constitui uma responsabilidade fundamental dos municípios, em particular quando estas servem populações locais e atravessam infraestruturas estratégicas de âmbito nacional, como é o caso da Linha do Norte. -----

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

--- A Ponte da Panela, no concelho de Santarém, encontra-se escorada desde dois mil e vinte, na sequência de problemas estruturais identificados, situação que tem vindo a ser reconhecida pelo Município. -----

--- Apesar dos sucessivos anúncios de intenção de requalificação, a intervenção necessária não foi concretizada, mantendo-se a ponte numa situação provisória que se prolonga há vários anos. -----

--- Em maio de dois mil e vinte e cinco, foi finalmente aberto concurso público para a empreitada de requalificação da Ponte da Panela. Contudo, o procedimento ficou deserto, não tendo sido apresentadas propostas, facto que evidencia a inadequação do valor base do concurso face aos custos reais da obra, prolongando o adiamento de uma solução definitiva. -----

--- Compete ao Município assegurar condições de segurança, mobilidade e acessibilidade às populações, bem como planear e executar investimentos de forma rigorosa, realista e eficaz. -----

--- Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Santarém, reunida a vinte e dois de Dezembro de dois mil e vinte e cinco, delibera: -----

--- - Instar o Município de Santarém a proceder à reavaliação técnica e financeira da empreitada de requalificação da Ponte da Panela, adequando o valor base do procedimento à realidade atual dos custos da construção; -----

--- - Recomendar ao Município de Santarém que relance, com carácter de urgência, o concurso público para a execução da obra, garantindo condições efetivas para a sua adjudicação; -----

--- - Solicitar a definição de um calendário claro para o início e conclusão da requalificação, assegurando informação transparente à população e acompanhamento do processo.” -----

--- O senhor **Vereador Pedro Gouveia** recordou que a intervenção na Ponte da Panela é da responsabilidade da Câmara Municipal, na sequência da transferência legal de competências relativas à manutenção das passagens superiores sobre a Linha do Norte, tendo sido entregue ao Município um relatório identificando diversas patologias na

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

estrutura.-----

--- Informou que foi iniciado o processo de elaboração do projeto, tendo o Município estabelecido articulação com a Infraestruturas de Portugal (IP), entidade responsável pela respetiva validação. O projeto foi adjudicado e elaborado, cumprindo as exigências técnicas impostas pela IP.-----

--- Referiu que o concurso público lançado ficou deserto, tendo posteriormente sido consultadas empresas indicadas pela IP, cujas propostas apresentaram valores cerca do dobro do previsto. Perante tal situação, o Município solicitou esclarecimentos à IP, que considerou não existir justificação relevante para o acréscimo significativo de custos, com exceção de alguns itens específicos.-----

--- Assim, será lançado novo procedimento concursal nos termos indicados pela IP, assumindo-se o risco de poder novamente ficar deserto. O Senhor Vereador sublinhou que não existe inércia por parte da Câmara Municipal, não se afigurando necessária a revisão do projeto, sendo essencial que surjam propostas com valores considerados adequados para a intervenção.-----

--- A senhora Deputada **Rita Correia** solicitou um breve esclarecimento, reconhecendo que a Câmara Municipal se encontra a trabalhar na resolução da situação e salientando a pertinência e urgência do tema. Questionou se o novo concurso já contempla o ajustamento do valor, de modo a evitar a repetição da situação anterior.-----

--- O senhor **Vereador Pedro Gouveia** respondeu que o próximo procedimento incluirá o aumento de valor nos termos propostos pela IP, não existindo, contudo, garantia de que surjam concorrentes, atendendo a que as empresas consultadas apontaram para valores na ordem do dobro do inicialmente previsto, sendo a própria IP a considerar que tal montante não é justo para a empreitada em causa.-----

--- O senhor Deputado **Jorge Rodrigues** declarou que, face às explicações apresentadas e não estando em causa a segurança dos munícipes, a Bancada do PSD se irá abster na votação da moção em apreço.-----

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a **Moção** em epígrafe, a votação tendo sido **aprovada por maioria**, com vinte e quatro votos a favor,

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

zero votos contra e vinte abstenções.-----

---Pela senhora **Rita Correia**, da CDU, foi apresentada a seguinte **Saudação à Greve Geral de Onze de Dezembro**:-----

---“A grande e expressiva dimensão da Greve Geral realizada no passado dia Onze de Dezembro constitui uma inequívoca afirmação da força, da unidade e da determinação dos trabalhadores, bem como uma poderosa expressão de rejeição do pacote laboral apresentado pelo Governo PSD/CDS.-----

--- Este pacote laboral tem como objetivo o agravamento da já insustentável realidade de baixos salários, a facilitação dos despedimentos sem justa causa, a generalização da precariedade, a desregulação dos horários de trabalho, promovendo trabalho não pago e dificultando a conciliação entre a vida profissional e pessoal, bem como a redução de direitos das mães e dos pais, o enfraquecimento da contratação coletiva, o ataque à atividade sindical e a tentativa de limitação do direito à greve, instrumento fundamental na defesa dos direitos, da dignidade e de melhores condições de vida para os trabalhadores. A Greve Geral expressou, de forma clara, a indignação e o protesto dos trabalhadores face a um modelo de exploração assente em baixos salários, precariedade, intensificação dos ritmos de trabalho e desrespeito pelos direitos laborais. Foi uma jornada histórica de luta pela justiça social, pela dignidade, pelo respeito, por melhores salários e por mais direitos. Assim, a Assembleia Municipal de Santarém: -----

--- -Saúda todos os trabalhadores do concelho de Santarém que aderiram à Greve Geral, em particular os trabalhadores da Administração Pública e da Administração Local, bem como os trabalhadores do sector privado.-----

--- -Destacam-se, entre outros, os trabalhadores da Coceda, da Rodoviária do Tejo, do Hospital de Santarém, da EM Águas de Santarém, e os trabalhadores da Câmara Municipal de Santarém, com especial referência aos trabalhadores do Estaleiro Municipal e do Teatro Sá da Bandeira, cuja participação e luta foram expressão clara da justeza das reivindicações e da força da mobilização. -----

--- -Saúda igualmente as organizações sindicais que assumiram a iniciativa e a responsabilidade de convocar e construir esta Greve Geral, bem como todas as estruturas

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

sindicais, dirigentes, delegados sindicais, membros de Comissões de Trabalhadores e demais organizações dos trabalhadores que tiveram um papel decisivo no esclarecimento, mobilização e organização desta grande jornada de luta.” -----

--- O senhor Deputado **Jorge Rodrigues** informou que a Bancada do PSD votará contra a moção, começando por saudar todos os trabalhadores, tanto os que aderiram à greve como os que optaram por trabalhar. Considerou que a greve incidiu sobre um projeto legislativo ainda em fase de discussão, entendendo tratar-se de uma iniciativa prematura e politizada. Referiu que a mesma foi promovida por estruturas sindicais e forças políticas com reduzida representação parlamentar, defendendo que o país apresenta indicadores económicos positivos. -----

--- A senhora Deputada **Rita Correia** afirmou que a greve é, por natureza, um instrumento político, rejeitando a ideia de manipulação dos trabalhadores. Sublinhou que o direito à greve está constitucionalmente consagrado e destacou a importância de reconhecer quem exerce esse direito, apesar da perda de rendimento associada. -----

--- O senhor Deputado **Jorge Rodrigues** reiterou que nem todos os trabalhadores aderiram à greve e salientou indicadores como a redução do desemprego e a valorização salarial, defendendo a necessidade de ajustamentos ao Código do Trabalho. -----

--- O senhor Deputado **Paulo Bolrão** considerou que a realização frequente de greves não favorece o desenvolvimento económico, defendendo a necessidade de estabilidade para o crescimento da economia.-----

--- O senhor Deputado **Rui Barreiro** esclareceu que não estava em causa uma votação sobre a greve em si, mas sobre a moção apresentada. Questionou a necessidade de alterações legislativas face aos indicadores económicos positivos e informou que o Partido Socialista se absteria, advertindo que o sentido de voto poderia ser reavaliado face à argumentação produzida. -----

--- O senhor Deputado **Jorge Rodrigues** concluiu reiterando a necessidade de ajustamentos ao Código do Trabalho para alcançar níveis económicos equiparáveis aos do Norte da Europa. -----

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a **Saudação**

ATA Nº. 03/2025–2029
Sessão de 22 de dezembro de 2025

em epígrafe, a votação tendo sido **rejeitada por maioria**, com vinte e quatro votos contra, dois votos a favor e dezanove abstenções. -----

--- O senhor **Presidente da Câmara** solicitou a realização de uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal, com uma ordem de trabalhos reduzida, até à terceira semana de janeiro próximo, tendo como ponto principal a empresa intermunicipal de transportes, matéria que será previamente apreciada em reunião de Câmara. Informou que existe o compromisso dos onze Presidentes de Câmara que integram a CIMLT de deliberar sobre este tema nas primeiras semanas de janeiro, apelando à compreensão de todos face à sua relevância. Acrescentou ainda que, caso haja concordância, será convidado o Secretário Executivo da CIMLT para apresentar o assunto e prestar os esclarecimentos necessários.

--- Esgotada a Ordem de Trabalhos, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberto, nos termos da Lei e do Regimento, o segundo **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** o qual não se concretizou dada a ausência de oradores. -----

--- De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a aprovação em minuta as deliberações tomadas na presente sessão, nos termos do número três, do artigo cinquenta e sete, do anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido **aprovadas por unanimidade**, a fim de produzirem efeitos imediatos. -----

--- Eram vinte e duas horas e cinquenta e cinco minutos quando o senhor **Presidente da Assembleia** deu por encerrada a sessão de que se lavra a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo senhor Presidente e Secretários da Mesa da Assembleia.

--- E eu, Carlos Alberto Pereira Almeida,
funcionário nomeado para o efeito, a redigi e subscrevi. -----

----- **O PRESIDENTE** -----

----- **O PRIMEIRO SECRETÁRIO** -----

----- **A SEGUNDA SECRETÁRIA** -----